
**RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES E
ORÇAMENTO DE 2015**

MAPUTO, FEVEREIRO 2016

DISTRIBUIÇÃO DO RELATÓRIO

A Distribuir a:	Data
Sua Excelência o Ministro da Economia e Finanças	
Excelentíssimo Senhor Secretário Permanente do Ministério da Economia e Finanças	
Directores Nacionais do Ministério da Economia e Finanças	
Membros do Comité de Parceria do SISTAFE	
Membros do Conselho de Direcção Alargado do CEDSIF	

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AT	Autoridade Tributária
BM	Banco de Moçambique
BTC	Belgian Technical Cooperation (Cooperação Técnica Belga)
CAF	Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado
CBS	Catálogo de Bens e Serviços
CD	Centro de Dados
CEDSIF	Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças
CEF	Cadastro Único de Empreiteiros de Obras Públicas, Fornecedores de Bens e Prestadores de Serviços
CFMP	Cenário Fiscal de Médio Prazo
CGE	Conta Geral do Estado
CUT	Conta Única do Tesouro
DAF	Departamento de Administração e Finanças
DRH	Departamento de Recursos Humanos
ETPM	Enterprise Taxation Policy Management
e-CAF	Sistema Electrónico de Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado
e-CAPAE	Sistema Electrónico de Cadastro Provisório de Funcionários e Agentes do Estado
e-Folha	Sistema Electrónico de Processamento de Salários
e-SISTAFE	Sistema Electrónico de Administração Financeira do Estado do SISTAFE
e-Tributação	Sistema de Gestão de Arrecadação de Receitas
FAE	Funcionários e Agentes do Estado
IGF	Inspeção-Geral de Finanças
INAS	Instituto Nacional da Acção Social
INNOQ	Instituto Nacional de Normalização e Qualidade
IRPS	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
ISO	Organização Internacional para Padronização (<i>International Organization for Standardization</i>)
ISPC	Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
MAEFP	Ministério da Administração estatal e Função Pública
MEF	Ministério da Economia e Finanças
MEO	Módulo de Elaboração Orçamental

MEX	Módulo de Execução Orçamental
MPE	Módulo de Administração do Património do Estado
MOPHRH	Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
NUIT	Número Único de Identificação Tributária
OE	Orçamento do Estado
OIT	Organização Internacional de Trabalho
PAO	Plano de Actividades e Orçamento
PES	Plano Económico e Social
RPC	Requisição de Pagamento Colectivo
RPPS	Roteiro de Processamento e Pagamento de Salários
SGA	Sistema de Gestão Autárquica
SGB	Sistema de Gestão de Beneficiários
SGQ	Sistema de Gestão de Qualidade
SINAGEC	Sistema Nacional de Gestão de Custos de Construções
SNGRHE	Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
TA	Tribunal Administrativo
TdR	Termo de Referência
UE	União Europeia
UGB	Unidade Gestora Beneficiária
UGE	Unidade Gestora Executora
VD	Via Directa

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. BALANÇO DE EXECUÇÃO DAS ACTIVIDADES.....	11
2.1. Funcionamento e Desenvolvimento Institucional do CEDSIF.....	11
2.1.1 Funcionamento do CEDSIF.....	11
2.1.2 Recursos Humanos.....	16
2.1.3 Gestão de Contratos.....	19
2.1.4 Componente Orçamental.....	20
2.2. Reforma do SISTAFE.....	21
2.3. Implementação do SISTAFE.....	27
2.4. Implementação de Sistemas Complementares ao SISTAFE.....	33
3. BALANÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	34
4. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO.....	46
5. PERSPECTIVAS PARA 2016.....	48
6. ANEXOS.....	50

SUMÁRIO EXECUTIVO

Dentre as actividades realizadas no processo de execução do PAO do ano 2015, ganha especial destaque a elaboração e aprovação dos instrumentos fundamentais de planificação, nomeadamente, o Plano Estratégico do CEDSIF 2015-2019, os Planos de Actividades e Orçamento de 2015 e 2016, e os Relatórios de Execução das Actividades do PAO relativos ao ano 2014 e ao período Janeiro-Setembro de 2015.

No âmbito da implementação do Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ), foram aprovados instrumentos de gestão, nomeadamente a revisão da Política da Qualidade e o Manual da Qualidade, incluindo o Procedimento de Controlo de Documentos e Registos. Foi realizada a 1ª Reunião Anual da Qualidade e apresentado o respectivo relatório final e está em processo de elaboração o procedimento orientador para realização de Auditorias Internas da Qualidade.

A 1ª Reunião Anual da Qualidade proporcionou bases para realizar a avaliação do Sistema de Gestão da Qualidade do CEDSIF, isto é, saber o que fizemos, como o fazemos e a qualidade da actividades que foram desenvolvidas, e também perspectivar acções que possam ser realizadas para melhorar o SGQ.

No decurso do período em análise foram realizadas **342** acções de capacitação em assuntos relacionados com as áreas de administração, gestão e tecnologias de informação financiados pela União Europeia e pelo Banco Mundial.

Foi feita a descentralização da execução da despesa para mais **181** Unidades Gestoras Beneficiárias (UGB's¹), sendo **15** de nível central, **112** de nível provincial e **54** de nível distrital; destas unidades, **99** correspondem às que foram expandidas (instalação do equipamento e formação dos utilizadores) no âmbito do financiamento da União Europeia e as restantes **82** por solicitação das próprias UGB's. Com efeito **1.305** UGE's (**580** de nível distrital, **560** de nível provincial e **165** central) executam seu orçamento directamente através do e-SISTAFE, num total de **1.525** UGB's existentes no OE 2015, o que corresponde a **85,57%**. Esta descentralização permitiu que **74,73%** da despesa total realizada, fosse feita pela via directa superando assim a meta definida de **70%**.

¹ Unidade Gestora Beneficiária – É todo órgão ou instituição do Estado destinatário de uma parcela do Orçamento do Estado ou detentora de uma parcela do Património do Estado que executa no e-SISTAFE.

O novo Roteiro de Processamento e Pagamento de Salários que estabelece novos procedimentos e calendário do processamento e pagamento de salários

Na expansão do pagamento de salários e remunerações através da Via Directa, foram pagos **286.781** Funcionários e Agentes do Estado (FAE) do Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado (e-CAF) e e-CAPAE, o que corresponde a **90,84%** de um total de **315.699** neles registados até Dezembro. Do total dos FAE pagos pela VD, **279.334**, que correspondem a **88,48%**, tiveram os seus salários processados e pagos através do e-Folha, número abaixo da meta estabelecida de **95%** para pagamento de salários por e-Folha.

Para o melhoramento do processo de pagamento de salários, foram desenvolvidas e operacionalizadas funcionalidades com vista a automatizar o processamento e pagamento de salários via e-Folha. Estas funcionalidades implementam o novo procedimento e calendário de processamento e pagamento de salários, à luz do novo Roteiro de Processamento e Pagamento de Salários.

Em resultado da nova Estrutura Orgânica do Governo, o e-SISTAFE foi objecto de ajustamentos, tendo sido aprimorados os requisitos de negócio necessários para adequação do e-SISTAFE à nova Estrutura. Também foram ajustados os diversos relatórios, dentre estes, os que compõem a Conta Geral do Estado para conformar o seu formato com as recomendações emanadas pela Assembleia da República e pareceres do Tribunal Administrativo (TA).

Para racionalizar a despesa pública de salários e remunerações, foi realizada a prova de vida com recurso a dados biométricos, tendo abrangido **296.783** FAE cadastrados no e-CAF, número equivalente a **98,5%** dos **301.153** existentes até 30 de Junho de 2015 no e-CAF. Deste total, **217.319** foram presenciais, **24.963** presenciais com conformidade, **399** não presenciais, **6.376** provisórios, **2.050** biométricos e **45.676** inválidas.

Igualmente, para melhoria do processo de pagamento de pensões, em coordenação com a Direcção Nacional da Previdência Social, foi customizada funcionalidade de Pagamento colectivo no Módulo de Execução Orçamental, visando atender o pagamento de pensões. Esta funcionalidade, que permite o pagamento de credores de forma massiva, usando um único processo administrativo, facilitará o controlo e diminuirá o esforço humano gasto neste processo.

Como forma de permitir maior apropriação da reforma e assegurar envolvimento dos utilizadores finais e dos actores estratégicos, foram realizados, respectivamente, o Fórum dos utilizadores do e-SISTAFE nas províncias de Nampula, Tete e Gaza e a 1ª Reunião Nacional do SISTAFE no Maputo.

No âmbito do desenvolvimento do Módulo do Património do Estado (MPE), destaca-se a implementadas melhorias de desempenho do sistema electrónico para o Cadastro Único de Empreiteiros de Obras Públicas, Fornecedores de Bens e Prestadores de Serviços (CEF), e no Catálogo de Bens e Serviços (CBS) foram desenvolvidas funcionalidade que permitem o ciclo de vida dos itens patrimoniais e padrões.

Para o desenvolvimento do Subsistema de Planificação e Orçamentação (SPO), em coordenação com a Direcção Nacional de Planificação e Orçamento do Ministério da Economia e Finanças (MEF), foi actualizado o Modelo Conceptual do SPO, que inclui uma alteração significativa no processo de planificação, tendo em vista a definição clara dos instrumentos de planificação, e dos Programas do Governo na base de resultados para garantir maior ligação entre as actividades e o orçamento através dos instrumentos de governação, nomeadamente, Plano Quinquenal do Governo (PQG), Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP), Plano Económico e Social (PES) e Orçamento do Estado (OE). Esta proposta foi apreciada no Conselho Consultivo do MEF realizado no dia 30 de Novembro, tendo sido orientado para dar continuidade ao trabalho para sua implementação.

Quanto ao SINAGEC, foi elaborado o Modelo de Negocio que abrange todas as funcionalidades previstas no sistema.

Foram realizados com sucesso as actividades de encerramento do exercício de 2015 e abertura do ano 2016, tendo culminado com a abertura atempada para todo o país a 4 de Janeiro de 2016.

Para fazer face a crescente tendência de fraude, foram implementadas medidas de âmbito procedimental aprovados pelo Diploma Ministerial (DM) nº 91/2015, de 18 de Setembro – que introduz novas regras para a submissão de facturas assim como de registo de contas bancárias no e-SISTAFE; desenvolvimento de funcionalidade para consolidação dos processos de segurança a nível de sistema e acções de sensibilização e formação de utilizadores.

Do orçamento global do CEDSIF no valor de **849.998.298,23 MT**, de Janeiro a Dezembro, foi executado em **668.276.209,25 MT**, o que corresponde a **78,62%**. Do valor executado, **51.86%** refere-se à despesas de salários e remunerações e demais despesas com pessoal, **38.23%** à bens e serviços e **9.91%** à aquisição de equipamento e mobiliário. O nível baixo de execução deveu-se principalmente à desembolsos tardios da componente externa e, por

consequência, o atraso da execução de contratos, à depreciação registada, que obrigou a alteração das condições de pagamento quer pela garantia do cumprimento das regras específicas da EU.

1. INTRODUÇÃO

Em 2015, com vista a dar continuidade à implementação da Visão das Finanças Públicas 2011-2025, garantindo dessa forma a prossecução e consolidação da reforma na área da Gestão das Finanças Públicas, o CEDSIF concluiu a elaboração dos instrumentos de gestão, nomeadamente, o Plano Estratégico 2015-2019, os Planos de Acção e Orçamento para 2015 e 2016, os Relatórios de Execução do PAO relativos ao ano 2014 e ao período Janeiro - Setembro de 2015.

Assim, o presente relatório reflecte as acções desenvolvidas pelo CEDSIF relativamente ao seu funcionamento e desenvolvimento, reforma e implementação do SISTAFE, bem como aos Sistemas complementares, no âmbito da execução do PAO 2015. A sua estrutura, para além do Sumário Executivo, comporta os seguintes pontos:

1. Introdução;
2. Balanço de Execução das Actividades;
3. Balanço de Execução Orçamental;
4. Avaliação do Desempenho;
5. Perspectivas; e
6. Anexos.

2. BALANÇO DE EXECUÇÃO DAS ACTIVIDADES

Enquadrado nos objectivos estratégicos definidos no PAO 2015, no que se refere ao funcionamento e desenvolvimento Institucional do CEDSIF, à consolidação da reforma e à implementação do SISTAFE, e sistemas complementares ao SISTAFE, foram executadas várias acções, que são detalhadas nos seguintes pontos:

2.1. Funcionamento e Desenvolvimento Institucional do CEDSIF

As realizações neste ponto compreendem Auditorias Internas, assistência jurídica à Direcção do CEDSIF, elaboração de instrumentos de administração e gestão, incluindo padrões de qualidade e segurança de informação, aprimoramento das habilidades técnicas do pessoal em serviço no CEDSIF, gestão de recursos humanos, execução orçamental, gestão de contractos e funcionamento do Conselho de Direcção do CEDSIF.

2.1.1 Funcionamento do CEDSIF

Foram elaborados os instrumentos fundamentais de planificação, designadamente, o Plano Estratégico do CEDSIF 2015-2019, os Planos de Actividades e Orçamento para os anos de 2015 e 2016, o Relatório Anual de Execução das Actividades de 2014 e o Relatório Balanço de Actividades realizadas de Janeiro a Setembro em 2015, tendo sido apreciados pelo Conselho de Direcção e submetidos à tutela, nos termos regulamentares pela Direcção Geral do CEDSIF, para apreciação e aprovação. No mesmo período, foi elaborado o PAO 2016, actualizados e adequados os programáticos orçamentais do CEDSIF à estrutura do seu Plano Estratégico 2015-2019, apresentado por objectivo estratégico.

Na prossecução e controlo de conformidade das actividades constantes nos objectivos estratégicos do PAO 2015, foram realizados vários processos de acompanhamentos com destaque para:

- O Processo de Implementação do Roteiro de Processamento e Pagamento de Salários, onde foram constatadas anomalias e para se acautelar futuros casos, foi recomendado que se capitalize as práticas existentes no CEDSIF de desenho de projectos, elaboração de requisitos e análise de risco dos projectos antes de entrar em produção;

- Acompanhamento da conformidade da Política de Segurança do CEDSIF, onde constatou-se longos períodos de realização dos Testes de DR (recuperação de Dados do e-SISTAFE em caso de desastres) entre os dois Centros de Dados, utilização de fitas magnéticas- *Tapes LTO4*, como meio de *Backups* dos Dados do e-SISTAFE. Foram dadas recomendações para o cumprimento da Norma da Política de Segurança que estabelece a realização dos Testes de DR semestral ou anualmente, a necessidade de um estudo de *Backups* alternativos que o mercado oferece para além de que o CEDSIF, a longo prazo, deve estudar a possibilidade de possuir Centro de Dado remoto com distâncias superiores a 2 km que não são recomendados nas boas práticas internacionalmente aceites;
- Acompanhamento da elaboração da Conta de Gerência de 2014, que foi submetida à Inspeção Geral de Finanças (IGF) e ao TA respectivamente, obedecendo as Instruções do Tribunal Administrativo sobre a elaboração e apresentação da Conta de Gerência;
- Acompanhamento do processo de avaliação do funcionamento do Controlo Interno pelos Consultores da União Europeia, ao abrigo do acordo da subvenção da UE, baseada na metodologia COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), cujo Código de Ética e Conduta Profissional para o CEDSIF está na fase do contraditório para posterior discussão em Conselho de Direcção do CEDSIF e aprovação para sua implementação.

No âmbito da subvenção financiada pela União Europeia foi elaborado a proposta de Adenda a mesma, na qual foram adicionados duas novas acções a serem financiadas pelo Fundo disponibilizado, a qual foi aprovada em Julho e na mesma altura foi apresentado o segundo Relatório de Avaliação o qual já foi aprovado no Comité Técnico e no Comité Executivo do Programa. Ainda neste âmbito o programa da Subvenção do CEDSIF foi alvo de uma actividade de Monitoria (ROM) tendo o seu resultado preliminar sido apresentado em Dezembro, devendo o Relatório final ser apresentado no início de 2016.

Quanto à consultoria de curto prazo, relativa à determinação dos custos de projectos, actividade inserida na acção de subvenção da UE, Componente 3, que visa dotar o CEDSIF de uma estrutura clara dos custos directos e indirectos a serem imputados a projectos, não foi concluída, pois o consultor contratado abandonou o trabalho, tendo sido indicado um novo

consultor a 13 de Maio de 2015. Esta actividade tem vindo a sofrer atrasos consecutivos tendo a consultoria assumido que o mesmo seria finalizada e entregue até 22 de Janeiro.

Na vertente de cooperação, para além da assinatura das partes do documento sobre o Acordo de Financiamento Conjunto (AFC), entre o Governo de Moçambique e os Parceiros de Desenvolvimento, relativo ao Fundo Comum de Apoio ao Programa SISTAFE 2015-2019, foram realizadas duas reuniões do Comité de Parceria para Reforma do SISTAFE. Na primeira reunião discutiu-se e avaliou-se o estágio de implementação dos instrumentos de gestão do CEDSIF e a sua correlação com o cumprimento do postulado no AFC, e na segunda, foram analisados o relatório de execução de actividades e orçamento do CEDSIF do 1º semestre, o relatório de Auditoria Externa e procedimentos do CEDSIF referente ao exercício de 2014, e apreciada a proposta do PAO 2016.

Circunscrito ao processo de Avaliação da Despesa Pública e Responsabilidade Financeira (PEFA²) em Moçambique, o CEDSIF foi alvo da 4ª Avaliação de Desempenho de Gestão das Finanças Públicas e, para o efeito, participaram três técnicos do CEDSIF numa formação, tendo o CEDSIF atendido os consultores e fornecido as informações solicitadas no processo da avaliação. A avaliação consistiu em analisar a disciplina fiscal agregada, bem como a alocação estratégica de recursos e prestação de serviços eficientes neste domínio.

A versão preliminar do Relatório foi apresentada, tendo o CEDSIF mencionado os seus comentários para serem enviados através do MEF. Prevê-se que em Fevereiro do próximo ano os consultores apresentem o mesmo a S.Excia o Ministro com indicação das recomendações e o respectivo Plano de Acção.

Igualmente, enquadrado nas acções de apoio ao programa SISTAFE, o CEDSIF e os Parceiros de Cooperação deslocaram-se à Província de Inhambane com vista a monitorar o funcionamento do e-SISTAFE em diversas instituições, tendo constatado a necessidade de se reforçar condições que garantam a segregação de funções entre os operadores do sistema, através da formação de mais pessoal e a necessidade de se disponibilizar mais pontos de acesso, incluindo equipamento informático, no âmbito do processo de descentralização do e-SISTAFE para o distrito.

² Metodologia PEFA (*Public Expenditure and Financial Accountability*) busca avaliação do desempenho na Gestão das Finanças Públicas.

Na sequência da devolução para efeitos de esclarecimento do processo das Carreiras, Qualificadores e Quadro de Pessoal, pelo Ministério da Função Pública, em finais do ano de 2014, foi reenviado à tutela o referido Processo para endosso à apreciação pela Comissão Interministerial, tendo o Ministério da Economia e Finanças, após a reapreciação, o submetido para aprovação pela referida comissão. A aprovação destes instrumentos é essencial para permitir que o pessoal em serviço no CEDSIF seja enquadrado na Carreira, remunerado com base no Sistema Remuneratório correspondente e possa beneficiar do sistema de Previdência Social.

No âmbito dos serviços de gestão da qualidade, com vista a implementar o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), baseado na norma ISO 9001:2008, foram aprovados os instrumentos sobre a Política da Qualidade, Manual da Qualidade e Procedimento de Controlo de Documentos e Registos; foi realizada a 1ª Reunião Anual da Qualidade com o objectivo de aferir o nível de qualidade dos serviços prestados pelo CEDSIF, tendo sido produzido o respectivo relatório, que realça os ganhos obtidos com a realização do evento, nomeadamente, o diagnóstico do estágio em que a instituição se encontra face à implementação do SGQ, sobre o qual foi traçado um plano de acções para a melhoria contínua do mesmo.

Com o objectivo de arrolar as principais dificuldades que os utilizadores enfrentam no uso da aplicação e-SISTAFE, foi efectuada a Avaliação da Satisfação dos Utilizadores pela empresa de consultoria no âmbito da auditoria da análise e verificação da conformidade da aplicação e-SISTAFE. Este inquérito teve como amostra (395 inqueridos) das províncias Maputo, Zambézia e Nampula, tendo-se concluído que a aplicação e-SISTAFE está num nível aceitável de funcionamento, mas que necessita de melhorias em alguns aspectos, como por exemplo a disponibilidade e a rapidez. O desafio centra-se na necessidade de melhorar a abrangência do universo da amostra, envolvendo utilizadores de todas as províncias e Direcções Nacionais do MEF.

Enquadradas na implementação do SGQ, foi concluída a justificativa para disponibilização de informação do SGQ na Intranet do CEDSIF, elaborado o processo de gestão e tratamento do expediente do CEDSIF e está em elaboração o novo procedimento de gestão, e em curso as acções de especificação de requisitos do Portal da Qualidade.

Ainda no âmbito da qualidade, face à necessidade de se proceder à gestão global dos processos de trabalho do CEDSIF, está prevista a contratação da consultoria para apoiar na

definição e mapeamento dos processos de trabalho, e já foram elaborados os respectivos Termos de Referência. Com a finalidade de realização da Auditoria da Qualidade está em vias de ser concluído o Plano de Auditoria e o respectivo instrumento de procedimento, para promover a qualidade de acções adjacentes ao processo de implementação do SGQ.

Com o objectivo de permitir que o CEDSIF tenha reconhecimento a nível Nacional e Internacional pela sua actuação dentro das melhores práticas em matéria de garantia da qualidade o CEDSIF participou no concurso organizado pelo Instituto Nacional de Normalização e Qualidade de Moçambique (INNOQ) tendo sido distinguido com o Prémio da Qualidade Moçambique, edição 2015, nas categorias de Serviço do Ano e Produto do Ano, como resultado do cumprimento dos procedimentos de qualidade na realização das suas actividades. Ainda na senda dos concursos, foi preparada e submetida a candidatura de participação do CEDSIF ao Prémio da Qualidade a nível da SADC nas categorias Serviço e Produto do Ano.

No âmbito do sistema de gestão de segurança de informação, para garantir a sua implementação em conformidade com Norma ISO 27001³, além das habituais acções de monitoria de segurança de sistemas e de infra- estrutura, está em processo de elaboração o manual do sistema de gestão de segurança da informação. Foram elaborados os Termos de Referência para contratação de consultoria que irá operacionalizar as ferramentas de segurança na administração de dados e desenvolvidas actividades integrantes do sistema de segurança.

Destas actividades merecem destaque a realização de acções de controlo dos Administradores de Segurança a **90** Instituições do Estado, incluindo auditorias às transacções efectuadas no Sistema pelos Utilizadores. Embora no plano estivesse previsto visitas à nove Províncias, foram nesta processo abrangidas sete, nomeadamente, a Cidade de Maputo e as Províncias de Maputo, Gaza, Manica, Sofala, Nampula e Niassa, nas quais foi constatado prevalecerem muitos desafios, embora sejam notórias melhorias na vertente de Administração de Segurança.

Relativamente à segurança de Infraestrutura, teve lugar a monitoria de segurança, tendo sido definidos os procedimentos para operacionalização das Normas de Segurança previstas na

³Norma de segurança de informação que usa uma abordagem sistemática para a gestão de informações confidenciais da organização para que ele permaneça segura. Esta abordagem inclui pessoas, processos e sistemas de TI.

Política de Segurança aprovada, reelaborados os TdR de manutenção de sistema de detenção e combate à incêndios, de electricidade e frio no edifício e no Centro de Dados.

Ainda enquadrado nas acções de segurança de Infraestrutura, foi celebrado com a empresa Electricidade de Moçambique (EDM) o contrato para o fornecimento e montagem de dois postos de transformação de energia (PT) de **630 KVA** e de uma linha específica de energia, tendo em vista melhorar a qualidade de energia no edifício do CEDSIF, estando em curso acções a nível da EDM com vista a regularização do processo para montagem da linha dedicada e a importação do Posto de Transformação.

No mesmo período, foi feita, a manutenção preventiva e correctiva à Infraestrutura, especificamente, monitoria e actualização da base de dados do sistema de controlo de acesso no MEF, melhoria do sistema de redundância da corrente eléctrica no edifício sede do CEDSIF e do grupo gerador de **250 KVA** dedicado ao Centro de Dados Secundários (DR), instalação do Sistema de Controlo de Acessos no CEDSIF e monitoria contínua do Centro de Dados.

2.1.2 Recursos Humanos

Esta componente insere informação sobre as acções de capacitação do pessoal do CEDSIF, os efectivos por unidade orgânica e a modalidade de vinculação, género e nível académico, estrutura etária, designações em comissão de serviço e mobilidade do pessoal.

Assim, no âmbito da execução do PAO 2015, com objectivo de elevar o coeficiente de conhecimentos e habilidades do pessoal em serviço no CEDSIF, relativas às respectivas actividades ocupacionais, os Técnicos beneficiaram de **342** acções de capacitação financiadas pela UE e pelo Banco Mundial. Estas acções de capacitação circunscreveram-se em matérias de administração, gestão e tecnologias de informação.

Caracterização dos Recursos Humanos

O Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças, para o seguimento de suas actividades, contou com um efectivo de duzentos e setenta e dois (**272**) colaboradores, dos quais cento e oitenta (**180**) do sexo masculino e noventa e dois (**92**) do sexo Feminino, afectos às diferentes Unidades Orgânicas, conforme ilustra a tabela 1.

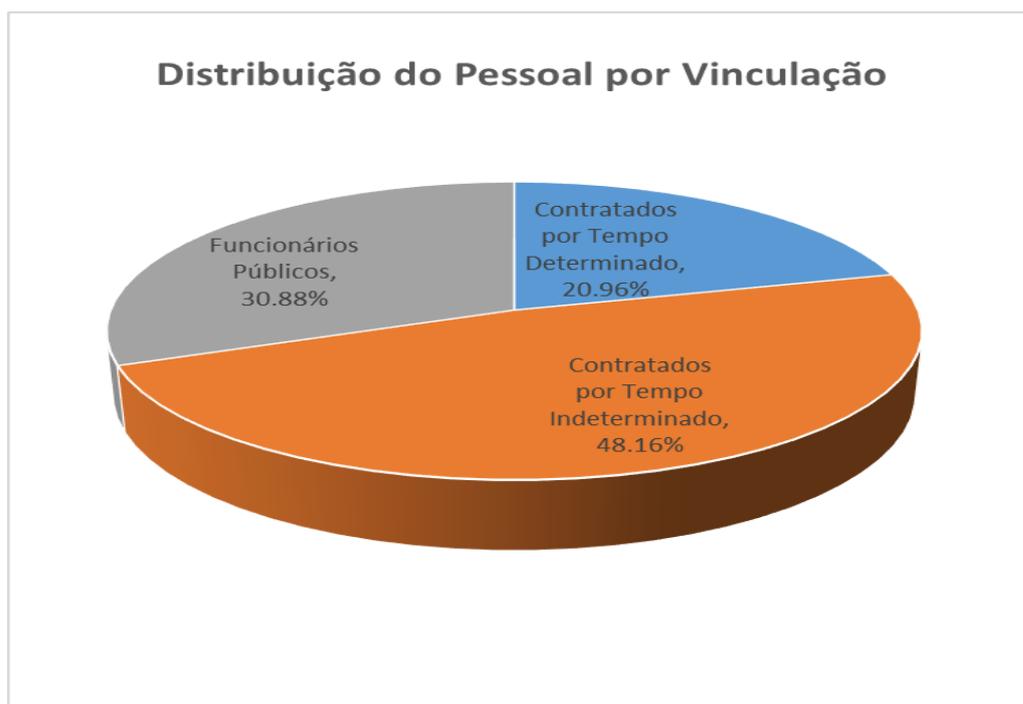
Tabela 1. Distribuição do Efectivo por Unidade Orgânica, Níveis Académicos e Género

Unidade orgânica	Nível Académico																Total	%
	Mestrado		Licenciatura		Bacharelato		Médio Profissional		Médio Geral		Básico		Elementar		Total			
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M		
AAJ			1	1											1	1	2	0.7%
CI			3	1											3	1	4	1.5%
DAF			4	3			1	3	3	3	1	5		4	9	18	27	9.9%
DAU			2	2	1		6	1	3	3		1			12	7	19	7.0%
DELEGAÇÕES			3	24				1							3	25	28	10.3%
DIRECÇÃO			2	6		1			2			1			4	8	12	4.4%
DRH	1		5	3			1	1							7	4	11	4.0%
ESCOLA		1	2				1				1	2			4	3	7	2.6%
GESTÃO DE PROJECTOS				4		1									1	4	5	1.8%
SCI	1	1	2	4				2							3	7	10	3.7%
SSSI			2	3		2				1					2	6	8	2.9%
SDSI		1	8	40		2			1						10	42	52	19.1%
SO			5	22		2		3	1						6	27	33	12.1%
UGEA	1	1	2	1	1				1	1					5	3	8	2.9%
SOM	1	1	17	18	2					2					20	21	41	15.1%
SQC	1		1	3											2	3	5	1.8%
TOTAL	5	5	59	135	4	8	9	11	11	10	2	9	0	4	92	180	272	100.0%

Fonte: Departamento de Recursos Humanos

Natureza do Vínculo laboral do Pessoal

O CEDSIF reúne pessoal com duas formas de vinculação, uma que é por contrato, constituindo a maioria **69,12%**, e outra por provimento (funcionários públicos), corresponde a **30,88%**. O pessoal contratado, **131** é por tempo indeterminado, correspondente a **69,68%**, e **57** é por tempo determinado, equivalente a **30,32%**, e destes fazem parte os consultores internacionais em serviço no CEDSIF. O gráfico 1 ilustra a distribuição do pessoal por modalidade de vinculação.

Gráfico 1: Distribuição do Efectivo por Modalidade de Vinculação

Fonte Departamento de Recursos Humanos

Nível Académico e Estrutura Etária

Analisando o nível académico e a estrutura etária, constata-se que a maior parcela do pessoal do CEDSIF é composta por licenciados no total de **194** colaboradores, o equivalente à **71,3%**, conforme ilustra a tabela 2. A faixa etária mais significativa é de 31-40 anos, com **160** colaboradores, o que corresponde a **58,8%** do efectivo global da instituição.

Tabela 2: Distribuição do Efectivo por Níveis Académicos, Género e Faixas Etárias

Nível académico /sexo	Faixas Etárias													TOTAL	%
	18-25		26-30		31-40		41-50		51-60		>60				
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	M	F			
Mestrado					3	2	2	1		2			10	3.7%	
Licenciatura		1	5	18	40	85	10	25	3	6		1	194	71.3%	
Bacharelato			1	2	1	7				1			12	4.4%	
M. Profiss.		1	1	5	5	3	3			2			20	7.4%	
Médio Geral	2		2	3	7	4		3					21	7.7%	
Básico				1	1	2			1	5	1		11	4.0%	
Elementar										3	1		4	1.5%	
Total	2	2	9	29	57	103	15	29	4	19	2	1	272	100%	

Fonte: Departamento de Recursos Humanos

Relativamente à reestruturação do CEDSIF, com vista a criar nova dinâmica institucional, foram confiadas funções de chefia a **20** Técnicos, conforme o ilustrado na tabela 3, dos quais, **35%** são do género feminino e **65%** são do género masculino.

Tabela 3: Designações e Cessações de Técnicos em Comissão de Serviço

Designações												
Gestor de Projecto		Chefe de Sector		Chefe de Divisão		Chefe de Secção		Chefe de Área		Total		Total Geral
F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	FM
1	0	2	1	2	4	2	0	0	8	7	13	20
%										35%	65%	100%
Cessações												
Gestor de Projecto		Chefe de Divisão		Chefe de Área		Líder de Equipa		Total				Total Geral
F	M	F	M	F	M	F	M	F	M			FM
1	0	0	3	1	0	0	3	2		6		8
										25%	75%	100%

Fonte: Departamento de Recursos Humanos

Quanto à mobilidade interna e externa do pessoal, foram registadas sete (7) saídas por denúncia do contrato, doze (12) transferências, destas, quatro (4) do Ministério da Economia e Finanças para o CEDSIF e oito (8) registadas internamente, e foram contratados 2 trabalhadores.

2.1.3 Gestão de Contratos

No âmbito da execução do Plano Anual de aquisições de bens e serviços, instrumento de gestão de contratações públicas concluído em Março, face aos 124 processos de contratação previstos e actualizados para 171, incluindo 9 concursos e 9 ajustes directos que transitaram do exercício económico 2014, foram executados 157 processos, sendo 42 concursos lançados, 87 Ajustes Directos, 10 prorrogações e as 18 contratações que transitaram do exercício anterior. Dos processos executados foram celebrados 100 contratos.

A contratação por Ajuste Directo, apesar de ter fundamento legal, é a menos privilegiada. Contudo, o CEDSIF optou por esta via em 87 ocasiões, 48 pelo facto do valor estimado ser inferior a 87.500,00 MT, procedendo à avaliação comparativa das várias propostas de cotações e condições de fornecimento para fundamentar a escolha da oferta, 24 porque o bem

ou serviço procurado é apenas oferecido por único fornecedor, e são exemplos as licenças Oracle, serviços de manutenção de viaturas nos respectivos agentes e arrendamentos e **15** pelo facto de serem concursos anteriormente desertos ou por razões de emergência de consumo, conforme apresenta a tabela 4.

Tabela 4: Contratação por Ajuste Directo

Contratação por Ajuste Directo				
Ajustes Directos	Fundamentação do Ajuste Directo	Nº	Valor Estimado agregado (Mts)	Valor Estimado Total
87	Valor inferior a 87.500,00	48	2.026.846,47	168.210.233,07
	Único Fornecedor ou manutenção de uniformidade de padrão	24	110.142.783,23	
	Concursos anteriores desertos ou emergências	15	56.040.603,37	

Fonte: Unidade de Gestão de Aquisições

Quanto ao nível de execução do Plano de Contratações, dos **171** previstos apenas não foram executados **14**, o que equivale a **8,19%**, ou seja, o nível de execução foi de **91,81%**. Esta execução tem valor estimado de **732.945.395,26 MT** e equivale a **90,39%** relativamente ao valor previsto de **810.899.817,03 MT**. Refira-se que o valor estimado total das contratações difere do valor real do orçamento do CEDSIF constante do PAO 2015 uma vez que nele são computados também os valores totais das contratações plurianuais, desde as transitadas de 2014 até as que transitarão para 2016.

2.1.4 Componente Orçamental

Em termos de gestão orçamental (mais detalhes encontram-se no capítulo sobre o balanço da execução orçamental), o orçamento global do CEDSIF no valor de **849.998.298,23 MT**, de Janeiro a Dezembro, foi executado em **668.276.209,25 MT**, o que corresponde a **78,62%**.

Do valor executado, **51,86%** refere-se à despesas de salários e remunerações e demais despesas com pessoal, **38,23%** à bens e serviços e **9,91%** à aquisição de equipamento e mobiliário.

2.1.5 Funcionamento do Conselho de Direcção

Em 2015, no âmbito das actividades de administração e gestão do CEDSIF, sob orientação da Direcção Geral, o Conselho de Direcção reuniu-se em sessões ordinárias e extraordinárias para apreciar, recomendar, informar e dar o ponto de situação dos diversos assuntos da vida da Instituição, tendo sido registadas um total de quarenta (**40**) Sessões, das quais vinte e duas (**22**) Ordinárias e dezoito (**18**) Extraordinárias. As sessões Ordinárias obedeceram ao calendário das sessões do Conselho de Direcção (CD) de 2015, cumprindo-se assim com o programa. Para cada sessão foram elaboradas sínteses que sumarizam as matérias tratadas e as recomendações emanadas, as quais estão devidamente assinadas e arquivadas.

2.2. Reforma do SISTAFE

As actividades realizadas neste domínio compreendem a expansão do e-SISTAFE que consiste em dotar as UGB's de capacidade de executar despesas via directa para passar a Unidades Gestoras Executoras (UGE's⁴), pagamentos de salários e remunerações pela via directa, treinamento dos utilizadores do e-SISTAFE, acções de aperfeiçoamento e adequação do e-SISTAFE, bem como de fortalecimento dos mecanismos de auscultação e interacção em matérias de Finanças Públicas com todos os intervenientes. Estas actividades são essenciais para aumentar a execução da despesa por via directa, garantir maior controlo e acompanhamento do processo de pagamento de salários e melhoria dos serviços prestados pelo CEDSIF aos utilizadores do e-SISTAFE.

No período em análise, foi dada continuidade a descentralização da execução do orçamento no e-SISTAFE para mais **181** Unidades Gestoras Beneficiárias (UGB's), sendo **15** de nível central, **112** de nível provincial e **54** de nível distrital. Destas unidades, **99** referem-se as unidades expandidas no âmbito do financiamento pela União Europeia e **82** por solicitação e a expensas das próprias UGB's.

⁴ Unidade Gestora Executora – Todo órgão ou instituição do Estado, que tem a capacidade administrativa de executar os procedimentos estabelecidos nos macroprocessos do SISTAFE e que executa a despesa quer por via directa como por via indirecta e apoia as Unidades Gestoras Beneficiárias a ela vinculadas.

Desde que o processo de descentralização iniciou em 2006, foram descentralizadas 1.305 UGB's (580 de nível distrital, 560 de nível provincial e 165 de nível central). Face às 1.525⁵ UGB's existentes no OE de 2015, 85,57% executam seu orçamento directamente através do e-SISTAFE, ficando por descentralizar 220 UGB's, correspondente a 14,43 %, conforme os gráficos 2 e 3.

Gráfico 2: Expansão do e-SISTAFE em 2015

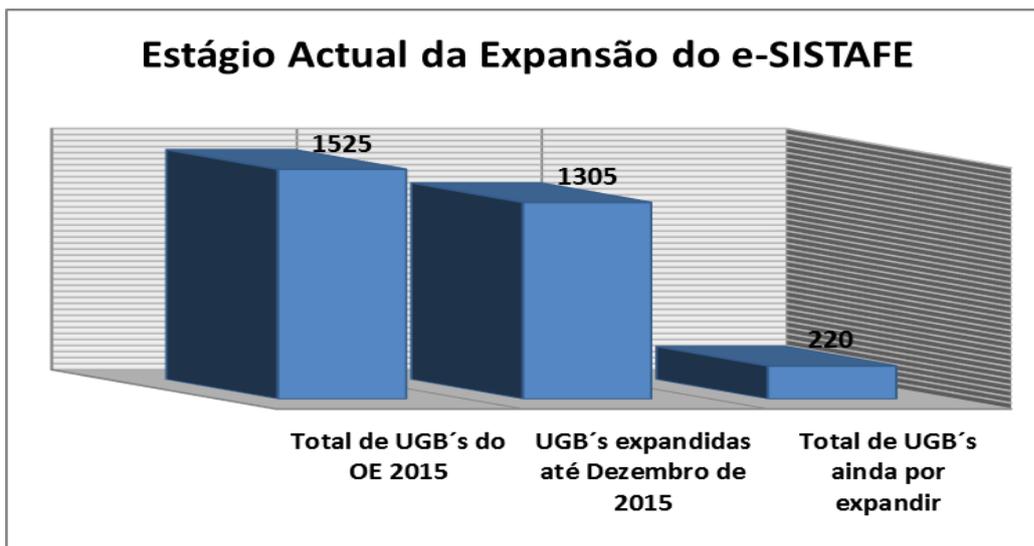
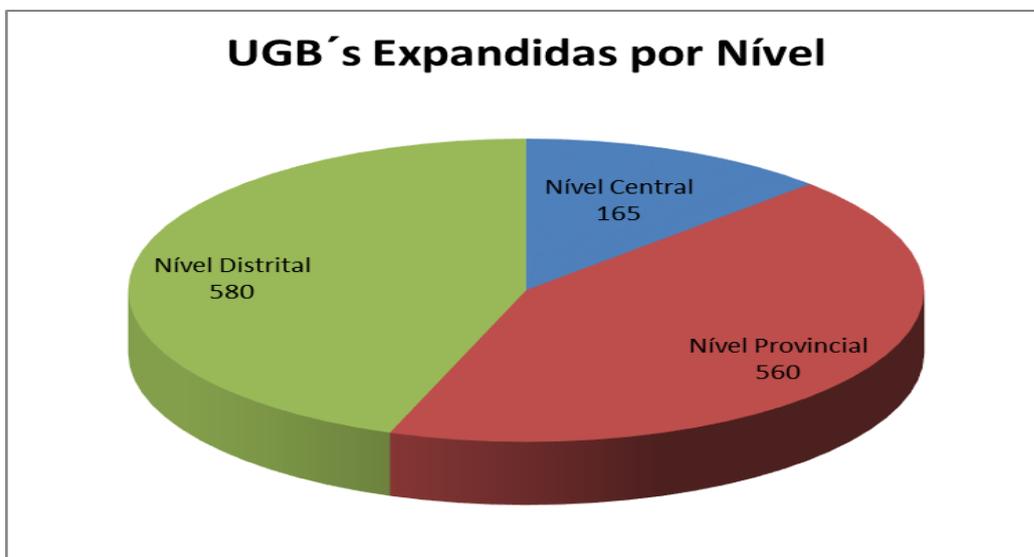


Gráfico 3: UGB's Expandidas até Setembro de 2015 por Níveis



⁵ O número actual das UGB's- mostra que houve redução de 13 Unidades. Esta redução ocorreu aquando da Aprovação do Orçamento do Estado de 2015 no final de Abril, pois, foi feita a fusão de 13 Ministérios na nova estrutura Orgânica do Governo.

No âmbito da expansão, o PAO 2015 tinha previsto a expansão de **65** UGB com financiamento da EU contudo dado os atrasos verificados na aquisição dos equipamentos devido a alterações registadas nas taxas de câmbio e no cumprimento das regras de origem não foi possível desenvolver esta actividade, devendo transitar para 2016.

A implementação do programa de expansão das UGB's tem grande impacto na Reforma do SISTAFE, pois permite melhor visualização da alocação do orçamento, gestão do Património do Estado e aumenta a execução da despesa por via directa, e este é um dos objectivos da reforma. Em resultado desta acção, a execução da despesa pela VD cifrou-se em **39.306.474.840,39** MT de um total de **52.598.233.846,62** MT, o que corresponde a **74,73%**, acima da meta programada de **70%**.

À luz do regulamento do SISTAFE, designadamente o nº3 do artigo 100, os funcionários que operam o e-SISTAFE devem ser qualificados em curso de formação específica para gestão do e-SISTAFE. No cumprimento do preceituado neste regulamento foram treinados **3.953** utilizadores nas Províncias e formados **475** a nível Central, destacando-se a nível central a capacitação de membros do Governo, dentre eles os Secretários Permanentes Ministeriais e Inspectores Sectoriais.

No mês de Dezembro, no âmbito do e-SISTAFE, dos **899** *sites*⁶ existentes, estiveram operacionais **882**, o correspondente a **98,1%** do total. Relativamente ao desempenho do sistema, dos **899** sectores com o equipamento do e-SISTAFE a nível de todo o País, registou-se indisponibilidade em alguns sectores, em cerca de **1,9%**, no mês de Dezembro, derivada de avaria do equipamento e de problemas de rede das Telecomunicações de Moçambique. Para efeitos de apreciação do estado de *sites*, conforme a tabela 5, referente ao mês de Dezembro.

Tabela 5: Resumo do Estado de Operacionalidade dos *sites* no mês de Dezembro de 2015 por Província

Província	Mpto Cidade	Mpto Província	Gaza	I'bane	Sofala	Manica	Tete	Zamb	Namp.	C.Delg	Niassa	Total
Total de sites	253	61	58	67	69	51	62	68	85	66	59	899
Sites operacionais	253	61	58	67	68	51	56	63	83	66	56	882
Sites inoperacionais	0	0	0	0	1	0	6	5	2	0	3	17

⁶ *Sites* são instituições com acesso a aplicação do e-SISTAFE.

Na componente da expansão do pagamento de salários e remunerações, foram pagos através da VD, **286.781** FAE de um total de **315.699** na situação de activo no e-CAF e e-CAPAE, o correspondente a **90,84%**. Do **total dos** FAE pagos pela VD, **279.334** tiveram os seus salários processados e pagos através do e-Folha, o que corresponde a **88,48%** do total dos FAE, conforme a tabela 6. Este resultado está abaixo da meta estabelecida de **95%** para pagamento de salários por e-Folha.

Tabela 6: Funcionários e Agentes do Estado pagos pela Via Directa e e-Folha em Dezembro

ÂMBITO	Funcionários Públicos			e-FOLHA			Sistemas Paralelos			TOTAL FPs	TOTAL FPs	(%)TOTAL
	e_CAF	e_CAPAE	TOTAL	FPs Carregados	FPs Pagos	(%) FPs Pagos	FPs Carregados	FPs Pagos	(%) FPs Pagos	Carregados	Pagos	FPs Pagos
A. CENTRAL	35.145	280	35.425	22.338	22.319	99,91%	6.797	6.793	99,94%	29.135	29.112	99,92%
B. NIASA	19.108	390	19.498	18.776	18.744	99,83%	0	0		18.776	18.744	99,83%
C. CABO DELGADO	20.380	69	20.449	18.312	18.284	99,85%	0	0		18.312	18.284	99,85%
D. NAMPUA	44.027	372	44.399	40.525	40.369	99,82%	221	220	99,55%	40.746	40.589	99,61%
E. ZAMBÉZIA	46.353	123	46.476	42.121	42.025	99,77%	89	70	78,65%	42.210	42.095	99,73%
F. TETE	21.165	364	21.529	20.022	20.002	99,90%	57	57	100,00%	20.079	20.059	99,90%
G. MANICA	24.337	69	24.406	22.277	22.239	99,83%	28	15	53,57%	22.305	22.254	99,77%
H. SOFALA	26.594	178	26.772	24.098	24.065	99,86%	19	16	84,21%	24.117	24.081	99,85%
I. INHAMBANE	22.399	8	22.407	21.233	21.217	99,92%	0	0		21.233	21.217	99,92%
J. GAZA	19.805	29	19.834	18.359	18.336	99,87%	11	11	100,00%	18.370	18.347	99,87%
K. MAPUTO PROVÍNCIA	20.576	56	20.632	18.936	18.909	99,86%	0	0		18.936	18.909	99,86%
L. MAPUTO CIDADE	13.707	165	13.872	12.835	12.825	99,92%	265	265	100,00%	13.100	13.090	99,92%
TOTAL	313.596	2.103	315.699	279.832	279.334	99,82%	7.487	7.447	99,47%	287.319	286.781	99,81%

No que se refere à esfera aplicacional, foram desenvolvidas e implantadas várias melhorias que, de uma maneira transversal, tocaram quase todas as aplicações do e-SISTAFE. Neste contexto, destacam-se as acções levadas a cabo para adequar o Módulo de Execução Orçamental (MEX), CAF, e-Inventário e Módulo de Elaboração Orçamental (MEO) à nova estrutura administrativa do Governo, que terminaram em Abril de 2015 e permitiram a carga do orçamento dentro dos prazos exigidos. Este conjunto de alterações, que foram levantadas, analisadas e depois aprovadas por todas as Direcções Nacionais e o CEDSIF, tinham como objectivo central reduzir a grande maioria dos problemas que afectavam o processo, nomeadamente: alta intervenção humana, que resultava em erros e atrasos, burocracia e ineficiência excessivas, desleixo ou ausência dos intervenientes no processo. Todas estas deficiências, de uma lista não exaustiva, foram endereçadas e eliminadas com sucesso, embora seja importante referir que apesar dos avanços atingidos na componente tecnológica, a vertente processual e humana continuam a ser a causa mais frequente das dificuldades vividas.

Desta vez apenas no MEX, foram feitos vários ajustes nas funcionalidades da execução da despesa, visando dificultar e minimizar a ocorrência de fraudes com origem na alteração indevida de domicílios bancários. Concretamente, foi reforçado o mecanismo de conformidade, no acto de criação e manutenção de domicílios bancários, através da estreita observância da separação de funções e da proibição de pagamento para NIB's sem conformidade e foi introduzida uma nova regra que exige aos fornecedores a submissão de um comprovativo bancário junto com a factura, permitindo a confirmação física do NIB do beneficiário. Neste processo foi feita a limpeza de vários domicílios bancários inactivos e com ou sem pagamento há mais de seis meses. Ainda no MEX, no mês de Outubro, foi introduzida uma funcionalidade que permite o pagamento automático de descontos não obrigatórios com o objectivo de eliminar a intervenção humana que gerava constantes atrasos e muitas vezes resultava no incumprimento total. Esta inovação culminou com o pagamento, de uma só vez, de toda a dívida acumulada desde Janeiro em favor dos bancos Bayport e Letshego. A partir desta data nunca mais teve atraso qualquer pagamento deste tipo de descontos e pela primeira vez não foi necessário transitar estas dívidas de um ano para o outro.

No CAF, em Julho destacou-se a entrega das novas regras de cálculo para a geração de folhas de salário das Universidades e Instituições de Ensino Superior. Ainda em Julho e depois Agosto, a entrega das funcionalidades do Prova de Vida após revisão e aprovação das novas regras, assim como melhorias de desempenho em vários fluxos, bem como refinamento do mecanismo de verificação de impressões digitais com vista a melhorar a sua taxa de reconhecimento de cadastros.

No e-Inventário foram entregues em Maio várias correcções evolutivas e de manutenção para a geração atempada e fiável da Conta Geral do Estado. Em Setembro foram entregues várias alterações, identificadas como necessárias, para atender ao inventário geral do estado, sendo de destacar a geração de código de barras para identificação de bens patrimoniais.

Foi formalizada a criação do Fórum dos Utilizadores do e-SISTAFE e da Reunião Nacional do SISTAFE (RN) para promover e garantir o fortalecimento dos mecanismos de auscultação e interacção com os utilizadores, parceiros, sociedade civil e os responsáveis pela implementação das reformas em matéria de Finanças Públicas.

Entre os dias 16 e 19 de Novembro, realizou-se a primeira reunião do Fórum que abrangeu as províncias Nampula, Tete e Gaza, representando cada uma delas a Zona Norte, Centro e Sul

do País, respectivamente, tendo participado cerca de 900 utilizadores. O objectivo era auscultar e discutir com alguma profundidade assuntos relacionados com a execução das fases da despesa, o roteiro do pagamento de salários e o cadastro e manutenção de domicílios bancários.

Ainda nos dias 26 e 27 de Novembro, sob direcção do Exmo. MEF e participação do PM na sessão da abertura foi realizada a RN. O evento contou a presença de cerca de 300 participantes. Nela foram discutidos em síntese o Balanço da reforma da Administração Financeira do Estado (2002-2014), as Perspectivas para 2015 – 2019 e Gestão de Mudanças e Estratégia de Comunicação da Reforma.

As principais conclusões e recomendações destas reuniões constam dos relatórios específicos elaborados.

Ainda na componente da consolidação da reforma do SISTAFE, para fazer face a crescente tendência de fraude, foram implementadas medidas de âmbito procedimental; aprovação do Diploma Ministerial (DM) nº 91/2015, de 18 de Setembro – que introduz novas regras para a submissão de facturas assim como de registo de contas bancárias no e-SISTAFE; desenvolvimento de funcionalidade para consolidação dos processos de segurança a nível de sistema e acções de sensibilização e formação de utilizadores.

De forma a averiguar, via resposta planeada e testada a incidentes com impacto directo na continuidade de processos críticos de negócio e na disponibilidade do e-SISTAFE, foram desencadeadas algumas acções preliminares com vista a obter melhor conscientização que permita a elaboração do Plano de Continuidade de Negócios (PCN) com a finalidade de garantir a consolidação das reformas já implementadas, previstas na Lei do SISTAFE.

Relativamente a estas acções importa destacar a realização de capacitação em matéria de Gestão de Continuidade de Negócio, tendo como *framework* de referência a norma ISO 22301, realização de uma apresentação de conscientização e sensibilização sobre continuidade de negócio ao Conselho de Direcção do CEDSIF e a participação em dois *workshops* para troca de experiência e conscientização da importância do Plano de Continuidade de Negócio. Embora o Plano não esteja finalizado, o mesmo permitirá ao CEDSIF uma actuação mais programada e previsível em função do tipo de incidentes.

Ainda na consolidação da reforma, foram elaboradas a matriz de avaliação dos indicadores de gestão de finanças públicas e a proposta de revisão do Decreto nº 53/2012, de 28 de Dezembro, que introduz os novos orgânicos, no âmbito da nova estrutura do Governo.

2.3. Implementação do SISTAFE

No âmbito da implementação do SISTAFE foram realizadas acções de gestão de mudanças, de desenvolvimento do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (SNGRHE), do processo de modernização dos serviços de administração tributária, do desenvolvimento do Módulo de Património do Estado (MPE) e de desenvolvimento do Sistema de Gestão Municipal.

Na vertente de Gestão de Mudanças e de Comunicação da Reforma das Finanças Públicas, foram aprovados os Planos de Gestão de Mudanças e o Estratégico de Comunicação e Imagem. Estes instrumentos darão um grande contributo à dinâmica do processo de gestão das Finanças Públicas, pois, irão possibilitar o acompanhamento das mudanças de comportamento sobre a Implementação da lei do SISTAFE e o uso e-SISTAFE e a divulgação das actividades, no âmbito das reformas de uma forma mais conveniente e consistente.

Circunscrito ao Módulo de Salários e Pensões (MSP), foi desenvolvido o Roteiro de Processamento e Pagamento de Salários (RPPS), cujo objectivo é reduzir os atrasos no processamento de salários anteriormente executado pelos sectores, tendo sido implementado em 2 fases:

Fase I, implantada a 1 de Março de 2015 na aplicação e-CAF, permitindo a descentralização do Processamento da Folha para o sector, a implementação de um calendário de processamento da folha de salários, que inclui datas para fixação de abonos, descontos, efectividade e todas as conformidades da folha, incluindo o carregamento automático e relatórios de acompanhamento à gestão;

Fase II, implantada a 1 de Junho de 2015 na aplicação MEX, permitindo a definição do calendário para o pagamento de salários dos sectores, a automatização do pagamento incluindo o registo de necessidades de recursos financeiros, cabimentação, libertação da quota financeira, abertura e encerramento do Processo Administrativo (PA), pagamento e relatórios de acompanhamento à gestão.

O RPPS trouxe a descentralização das UGE's de salários para os sectores, automatização das fazes relativas ao pagamento de salários introduzidas no MEX por forma a permitir que este processo tenha o mínimo possível de intervenção humana, e com isto a DPPF/DNCP coube a responsabilidade de Supervisão e suporte técnico aos sectores, tendo sido disponibilizados para o efeito relatórios de apoio a gestão tanto no e-CAF, bem como no MEX.

Não obstante, em Outubro de 2015 foi implementada uma melhoria que trouxe ganhos bastante significativos através da exclusão automática dos abonos não permanentes da folha de salário que não tenham dotação para sua execução.

Ainda no MSP, foi elaborado o plano de actividades para o pagamento de pensões com recurso ao MEX através da implementação de melhorias nas funcionalidades da Requisição do Pagamento Colectivo (RPC), cujo objectivo é garantir o controlo de pagamento aos Pensionistas por Via Directa, podendo com isto trazer maior transparência ao processo, uma vez que as informações relativas ao NUIT, Domicilio Bancário e tipo de pensão (Civil ou Militar) a auferir ficam registadas pelo sistema.

Em Novembro de 2015 foi implementado processo piloto para pagamento de Pensionistas por RPC do nível Central, onde foram pagos cerca de **366** Pensionistas dos quais **81** são militares e **285** pensões civis. Todavia a expectativa é que este número seja crescente nos meses seguintes através do processo de expansão do pagamento por RPC previsto para iniciar em Janeiro de 2016.

Com vista a melhorar o controlo e a gestão do pagamento de pensionistas, tendo em conta que o MSP não abrange este grupo, foi proposta uma solução intermediária à DNPS, com base no reaproveitamento de uma funcionalidade do MEX, pagamento colectivo que permite a criação de folhas de pagamento, assim como o seu processamento em massa. Aceite esta proposta, foi entregue em Agosto uma funcionalidade adaptada à necessidades do pensionista para que, dentro de outras alterações, fosse possível usar ficheiros para a carga em massa de pensionistas, agendar datas para pagamento automático e monitorar todo o processo através de relatórios de acompanhamento. Em Novembro foi feito o primeiro pagamento, a título experimental, de 300 pensionista do nível central.

Ainda no âmbito de MSP, por forma a cumprir a recomendação de Sua Excelência o Presidente da República, o Ministério da Educação e desenvolvimento Humano (MINEDH) e MEF têm estado a trabalhar em busca de uma solução que visa reduzir o nível de absentismo

dos professores na escola a partir de mecanismos flexíveis de acesso ao salário, e nesta perspectiva, foi criado o projecto “ Dinheiro Móvel”, devendo, em regime experimental, ser implementado na segunda quinzena de Fevereiro de 2016. O projecto irá viabilizar o acesso ao pagamento de salário do professor, sem este se deslocar à agência bancária ou ATM⁷, pois, através do telemóvel pode realizar várias operações bancárias, dentre elas, pagamentos e transferência de valores monetários.

Na componente de desenvolvimento do SNGRHE, foram actualizados os seguintes documento: Modelos de Negócio e Conceptual, actualmente na sua 3ª versão. Concluídos e entregues três subprocessos do e-SNGRHE, nomeadamente, de novo ingresso, contrato, nomeação provisória, estando em processo de validação os seguintes subprocessos nomeação definitiva, transferência/mobilidade e efectividade. Estas acções enquadram-se no desenvolvimento de um sistema de gestão integrada de recursos humanos que compreende a concepção e desenvolvimento do Módulo de Ciclo de Vida dos Funcionários e desenvolvimento da aplicação informática que irá suportar a sua implementação.

Realizou-se em todo território nacional, de 1 de Julho à 20 de Dezembro de 2015 a Prova de Vida (PV) dos FAE, para comprovar-se a existência dos FAE que constam do actual Cadastro dos FAE e-CAF, cujos salários são processados e pagos pela rúbrica de salários e remunerações.

A PV surgiu em cumprimento do artigo nº 190 do Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado (EGFAE) que orienta que todos os FAE deverão apresentar-se periodicamente nos polos de registo para efeitos PV. Nestes termos foi aprovado pelos MEF e MAEFP o regulamento da PV nº 80/2015 de 05 de Junho, que orientou todo o processo.

Durante o processo da PV foram realizadas **296.783** PV em todo o território nacional, o que corresponde a **98,5%** de realizações, considerando o universo de FAE cadastrados no e-CAF até dia 30 de Junho de 2015, que correspondia ao número de **301.153**.

Entretanto, das PV realizadas **217.319** são presenciais⁸, **24.963** são presencial com conformidade⁹, **399** são não presenciais¹⁰, **6.376** são provisórias¹¹, **2050** são biométricos¹² e **45.676** são inválidas¹³.

⁷ Do inglês: *Automated Teller Machine* (Caixa eletrónica) - é um dispositivo eletrônico que permite que clientes efectuem transacções bancárias.

⁸ Trata-se de uma PV realizada com sucesso no polo de registo;

No âmbito do SPE, foram executadas actividades em todas as aplicações. No CBS, aplicação que já está operacional e em uso desde 2013, foram desenvolvidos vários relatórios de acompanhamento do processo de catalogação e implementadas as funcionalidades de gestão de todo o Ciclo de Vida de Itens e Padrões, abrindo possibilidade para a descentralização para os sectores do processo de proposta de inclusão de Bens e Serviços no catálogo. No CEF, aplicação entregue em Dezembro de 2014 e até ao momento sem utilização, destaca-se o redesenho levado a curso com o objectivo de corrigir desvios do padrão adoptado pelo CEDSIF para o desenvolvimento de sistemas informáticos e com isto facilitar as intervenções futuras de evolução e manutenção, assim como aumentar o desempenho da aplicação.

Relativamente ao e-Tributação, as actividades de continuidade do desenvolvimento dos processos remanescentes do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes (ISPC) e Processos Comuns¹⁴, Impostos sobre Rendimentos e Outros Impostos, não iniciaram porque a execução está dependente da finalização do processo de contratação de uma nova empresa para prestar os serviços necessários. O concurso para efeito de contratação foi anunciado, incluindo a avaliação e apuramento do vencedor.

O desenvolvimento da Migração Semiautomática do NUIT¹⁵ e do NUIT Offline¹⁶ não registou progressos, pois foi priorizado o desenvolvimento da Interface de Integração entre o e-Tributação e o Portal do Contribuinte.

⁹ Trata-se de uma PV Provisória ou Inválida que tenha passado pelo processo de regularização e passa ao estado de PV Presencial Com Conformidade.

¹⁰ Trata-se de PV que ocorre quando o FAE encontra-se fora do País em missão de serviço ou a estudar, neste caso o sector envia os documentos comprovativos ao polo de registo para realização da PV. Esta PV carece de uma conformidade.

¹¹ Trata-se de um PV que ocorre quando as impressões digitais dos FAE não são reconhecidas pelo sistema pelo facto de estarem ilegíveis. Esta PV carece de uma conformidade.

¹² Trata-se de uma PV que ocorre quando o FAE em questão não tem membros superiores, e este facto não lhe permite fazer a captação das impressões digitais.

¹³ Aplicável para os FAE que tendo efectuado a PV provisória, não realizam a conformidade da mesma dentro de 60 dias. Contudo, o Sistema permite a regularização

¹⁴ Processos remanescentes do IVA, ISPC e Processos Comuns, compreendem a Interface entre o e-Tributação e o Portal do Contribuinte, Pagamento de impostos via Banco, Gestão do Perfil de Risco do Contribuinte, Gestão de Casos de Falência, Gestão de Processos de Auditoria e Fiscalização, Gestão do Processo de Transgressão e Contencioso, Gestão de Juízo das Execuções Fiscais e Gestão de Alertas

¹⁵ A Migração Semiautomática do NUIT é o processo de transferência de dados dos contribuintes do sistema NUIT legado para o e-Tributação, através de uma integração entre os dois sistemas, com objectivo de evitar eventuais duplicações de NUIT's no acto da actualização no e-Tributação

¹⁶ O NUIT Offline é a funcionalidade para atribuir NUIT no e-Tributação, através de um ficheiro de dados, a ser enviado pelos Bancos Comerciais e outras instituições interessadas.

Quanto ao Portal, ponto de acesso para o relacionamento não presencial com os Contribuintes no cumprimento das suas obrigações, foram concluídas a configuração do ambiente de testes de aceitação, as principais configurações do ambiente de produção e a disponibilização do Portal na Internet para execução de testes de aceitação, onde já se encontram disponíveis as funcionalidades de registo do contribuinte, activação de acesso ao Portal e consulta de dados fiscais básicos. Foi igualmente concluído o desenvolvimento dos serviços do e-Tributação, a serem integrados com o Portal, nomeadamente, serviços de Pedido de Certidão de Quitação, Consulta Integrada da Situação Fiscal do Contribuinte, serviços de submissão e consulta de declaração do IVA e ISPC.

Em 2015, a equipa local (CEDSIF e AT) desenvolveu acções de melhorias correctivas e evolutivas dos processos já implantados em produção e em operacionalização, bem como na expansão do IVA/ISPC e Processos Comuns para 19 unidades de cobrança de um total de 68 previstas.

Relativamente à consolidação da infra-estrutura Tecnológica de Comunicação, processamento e armazenamento de dados, foi concluída a criação do ambiente *Disaster Recover* para recuperação do sistema e-Tributação em caso de desastres na infra-estrutura principal, migração dos ambientes de testes de aceitação, treino e produção do e-Tributação para infra-estrutura definitiva virtualizada e configuração do sistema de autenticação centralizada do e-Tributação em redundância, permitindo alta disponibilidade.

O conjunto de acções concebidas e executadas em cumprimento do PAO 2015, no âmbito do e-Tributação, impulsionará os processos de administração e recolha de impostos aos cofres do Estado.

No âmbito do **Sistema de Gestão Autárquica (SGA)**, foi estruturado o SGA em duas componentes específicas, nomeadamente, a gestão financeira Autárquica, área de especialidade do CEDSIF, devendo ser implementada na totalidade com os recursos internos, e a gestão urbanística, ambiental e de serviços municipais. Esta última componente será também implementada pelo CEDSIF, mas com o apoio de uma entidade externa especializada, a ser contratada para complementar as suas valências.

Assim, na componente de gestão financeira Autárquica, procedeu-se à identificação das alterações necessárias a introduzir no e-SISTAFE e demais aplicações afins para que o mesmo atenda esta componente, no âmbito da adaptação do e-SISTAFE às Autarquias, foi elaborado

o Modelo Conceptual com o envolvimento da Direcção Nacional do Desenvolvimento Autárquico (DNDA) do MAEFP, quatro (4) Municípios (Maputo, Matola, Manhiça e Namaacha) e a Associação Nacional dos Municípios e apreciado pelo Conselho Técnico e Consultivo do MEF, e aguarda a apreciação pelo MAEFP.

Foi adquirido o equipamento informático para a implementação do e-SISTAFE no Conselho Municipal de Maputo, a ser instalado e configurado no 1º trimestre de 2016.

Para permitir a execução dos trabalhos do SGA, em paralelo, está em curso o processo de mobilização de recursos junto do Banco Mundial por via da DNDA/MAEFP, para a contratação dos técnicos necessários para dar continuidade ao trabalho já iniciado. Ainda nesta componente, no concernente a contratação de pessoal para as áreas de Negócio e Desenvolvimento, foram disponibilizados termos de referência dos recursos humanos necessários para reforço das respectivas equipas técnicas tendo em vista iniciar as actividades.

Relativamente a componente de gestão de serviços-Autárquicos, que engloba a gestão urbanística, ambiental e os serviços municipais, foi contratada uma empresa para a concepção do respectivo Modelo Conceptual e organizado um seminário para discussão dos documentos contendo os subsídios técnicos necessários para a elaboração do Modelo Conceptual do SGA das referidas áreas.

A consultoria submeteu à análise e discussão técnica os documentos que corporizam as versões iniciais e finais do modelo conceptual e do respectivo cronograma de implementação, bem como o Relatório Final do projecto, com descrição dos vários passos e tarefas realizadas, assim como dos resultados.

Foram aprovadas pelo CEDSIF as versões finais do Modelo Conceptual e do respectivo cronograma de implementação. A aprovação técnica destes documentos permitiu que o CEDSIF elaborasse e submetesse o plano do projecto, que inclui o cronograma de implementação e o orçamento indicativo ao comité executivo do projecto, tendo sido aprovados.

2.4. Implementação de Sistemas Complementares ao SISTAFE

No âmbito de apoio às Instituições do Estado na implementação de sistemas complementares ao e-SISTAFE foram disponibilizadas e estão em produção algumas componentes do Sistema de Gestão dos Beneficiários designado e-INAS, nomeadamente os Módulos de Cadastro Único e de Gestão de Programas, incluindo mecanismos de importação de dados do censo, sendo que continua o processo de implementação dos restantes módulos.

Para estes módulos, foram finalizadas todas as actividades sob responsabilidade do CEDSIF e que são parte do processo de desenvolvimento de *software* em uso e aguarda-se a disponibilidade do cliente para efeitos de validação dos artefactos produzidos e das funcionalidades. Estas actividades foram realizadas em adiantado, numa tentativa de compensar os atrasos do cliente na realização das suas actividades, sendo que esta situação vai demandar trabalho adicional por parte do CEDSIF para correcções e validações posteriores.

Dos artefactos produzidos sem a validação do cliente, destacam-se os documentos da arquitectura do sistema, os modelos de negócio, a especificação, os casos de uso, os casos de testes e os protótipos de telas dos módulos de Focalização por Programa, de Inscrição de Programas, de Pagamentos, de Gestão de Casos e de Monitoria e Avaliação. Os módulos cujos manuais operativos não foram entregues, o processo de elaboração dos artefactos ainda não foram iniciados.

Para a implantação do SINAGEC para o MOPHRH, foi concluído o modelo de Negócio e aguarda aprovação. Refira-se que nos trabalhos de desenvolvimento e implementação do SINAGEC, a componente da plataforma informática envolverá a participação de recursos humanos por contratar, e já estão em curso acções neste sentido.

3. BALANÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

As despesas do CEDSIF são realizadas através de duas componentes, a interna (101-Recursos do Tesouro e 111CEDSIF-Receitas Próprias) e a externa (133FCUTRAFE-Recursos dos Parceiros do Fundo Comum e de Projectos específicos, 134UE-União Europeia, 133FCAAT). A instituição executa também despesas relacionadas com projectos, cujo pagamento é feito com base nos fundos que são transferidos para o CEDSIF, nomeadamente da fonte 133FCAAT (e-Tributação), OIT (SGB), BTC (SNGRH); PRODEM (SGA).

Orçamento de 2015

Em 2015, a dotação orçamental inicial do CEDSIF era de **651.791.173,00 MT** tendo sido actualizada para **849.998.298,23 MT**, o que representa um acréscimo, em termos absolutos, de **198.207.125,23 MT**, assim discriminada:

Na componente Interna, uma variação de **21.626.387,71 MT** explicada por:

- **42.130.481,71 MT** reforço de dotação para cobrir despesas referente ao contracto de manutenção de equipamento do Centro de Dados;
- **5.682.206,00 MT** reforço por transferência de dotação do MOPHRH feita para cobrir as despesas do Projecto SINAGEC; e
- **26.186.290,00 MT** – Redução no Orçamento do valor previsto para as Receitas Próprias.

Na componente Externa, uma variação de **176.580.737,52 MT** explicada por:

- **82.256.202,68 MT** - Inscrição do saldo financeiro transitado de 2014 para 2015 de Fundo Comum;
- **94.324.534,84 MT** - Inscrição do saldo financeiro de 2014 no valor de **36.210.597,26 MT** e reforço orçamental no valor de **58.113.937,58 MT** referente aos compromissos de 2015 da União Europeia.

Na dotação actualizada a componente Interna tem um peso de **58%** e a componente Externa de **42%**, tal como ilustra a coluna (2) da tabela 7- Mapa da Execução Orçamental e Financeira de 2015.

Tabela 7: Mapa de Execução Orçamental e Financeira de 2015

MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRO DO CEDSIF																		
Ordem	Fonte de Recurso	Dotação Inicial		Dotação Actualizada		Variação da Dotação		Dotação Disponibilizada/Desembolsos			Execução		SalDOS			Grau de Execução		
		Valor da Dotação Inicial (1)	Peso	Valor da Dotação Actualizada (2)	Peso	Valor da Variação da Dotação (3=2-1)	Peso	Valor da Dotação Disponibilizada e Desembolsos (4)	Peso	Valor de Execução (5)	Peso	Dotação Actualizada Verso Dotação Disponibilizada/Desembolsos (6=4-2)	Dotação Disponível (7=2-5)	Disponibilidade Financeira (8=4-5)	Desembolsos Realizados/Dotação Disponibilizada (9=4/2)	Execução Orçamental (10=5/2)	Execução Financeira (11=5/4)	
1	101000000	438,500,000.00	67%	486,312,677.71	57%	47,812,677.71	24%	486,312,677.71	53%	486,312,677.71	73%	0.00	-	-	100.00%	100.00%	100.00%	
2	111CEDSIF	36,186,290.00	6%	10,000,000.00	1%	(26,186,290.00)	-13%	14,000,000.00	2%		0%	4,000,000.00	10,000,000.00	14,000,000.00	140.00%	0.00%	0.00%	
3	Total Componente Interna	474,686,290.00	73%	496,312,677.71	58%	21,626,387.71	11%	500,312,677.71	54%	486,312,677.71	73%	4,000,000.00	10,000,000.00	14,000,000.00	100.81%	97.99%	97.20%	
4	133FCUTRAFE	177,104,883.00	27%	259,361,085.68	31%	82,256,202.68	42%	303,910,628.34	33%	151,975,373.00	23%	44,549,542.66	107,385,712.68	151,935,255.34	117.18%	58.60%	50.01%	
5	Dinamarca	85,833,000.00	13%	85,833,000.00	10%	0.00	0%	99,450,280.11	11%		0%	13,617,280.11			115.86%	0.00%	0.00%	
6	Noruega	76,338,300.00	12%	76,338,300.00	9%	0.00	0%	83,850,000.00	9%		0%	7,511,700.00			109.84%	0.00%	0.00%	
7	Italia	14,933,583.00	2%	14,933,583.00	2%	0.00	0%	16,114,000.00	2%		0%	1,180,417.00			107.90%	0.00%	0.00%	
8	Inscrição de Saldo		0%	82,256,202.68	10%	82,256,202.68	42%	104,496,348.23	11%		0%	22,240,145.55			127.04%	0.00%	0.00%	
9	Despesas Por Pagar de 2014		0%		0%		0%		307,055.05	0%	0.00		(307,055.05)					
10	Belgica	-	0%		0%		0%	1,724,614.99	0%		0%	1,724,614.99					0.00%	
11	OIT	-	0%		0%		0%	9,163,319.13	1%		0%	9,163,319.13					0.00%	
12	134UE	-	0%	94,324,534.84	11%	94,324,534.84	48%	102,714,644.87	11%	29,988,158.54	4%	8,390,110.03	64,336,376.30	72,726,486.33	108.89%	31.79%	29.20%	
13	Inscrição de Saldo de 2014		0%	36,210,597.26	4%	36,210,597.26	18%	41,431,429.67	4%	29,988,158.54	4%	5,220,832.41	6,222,438.72	11,443,271.13	114.42%	82.82%	72.38%	
14	Compromisso de 2015		0%	58,113,937.58	7%	58,113,937.58	29%	61,283,215.20				3,169,277.62	58,113,937.58	61,283,215.20	105.45%	0.00%	0.00%	
15	OUTRAS FONTES	-	0%	-	0%	0.00	0%	6,327,789.22	1%	-	0%	6,327,789.22	-	6,327,789.22			0.00%	
16	Saldo Inicial		0%		0%	0.00	0%	7,221,360.66	1%	-	0%	7,221,360.66	-	7,221,360.66			0.00%	
17	Variações de Outras Entradas		0%		0%	0.00	0%	(893,571.44)				(893,571.44)		(893,571.44)				
18	Total Componente Externa	177,104,883.00	27%	353,685,620.52	42%	176,580,737.52	89%	423,840,996.55	46%	182,270,586.59	27%	70,155,376.03	171,415,033.93	241,570,409.96	119.84%	51.45%	43.00%	
19	Global	651,791,173.00	100%	849,998,298.23	100%	198,207,125.23	100%	924,153,674.26	100%	668,583,264.30	100%	74,155,376.03	181,415,033.93	255,570,409.96	108.72%	78.62%	72.35%	

No fim do ano de 2014 o CEDSIF tinha um saldo financeiro de **104.496.348,23 MT** na FR do FCUTRAFE dos Parceiros de Fundo Comum mas, o valor inscrito em 2015 é de apenas **82.256.202,68 MT** pelo facto da DNPO, embora com conhecimento dos valores na sua totalidade, não tenha concluído a sua inscrição e regularização até a 31 de Dezembro de 2015.

Saldo Inicial a 1 de Janeiro de 2015

O CEDSIF iniciou o ano de 2015 com um saldo financeiro de **148.686.829,15 MT** conforme a tabela seguinte, que devia ser aplicado para pagamento das despesas transitadas de 2014 para 2015.

Tabela 8: Saldo Inicial a 1 de Janeiro de 2015

Descrição	Moeda	Valor	Câmbio de BM a 31/12/14	MZM
Saldo Inicial do qual:				148,686,829.15
Receitas Próprias e de financiamento				148,686,829.15
Valores em MZM				78,194,966.00
Tesouro - MZN 133FCUTRAFE	MZN	34,004,485.08	1.00	34,004,485.08
Tesouro - MZN 134UE	MZN	36,210,597.26	1.00	36,210,597.26
BCI - CEDSIF - MZN	MZN	7,221,360.66	1.00	7,221,360.66
Valor das Garantias Bancárias	MZN	758,523.00	1.00	758,523.00
		0.00	1.00	0.00
Valores em MZM - DPPFs	MZN	0.00	1.00	0.00
Valores em USD				70,423,514.97
Tesouro - USD	USD	1,177,122.12	31.59	37,185,287.77
BM - CEDSIF - USD	USD	1,052,175.60	31.59	33,238,227.20
Valores em EURO - Tesouro		1,310.42	38.39	50,307.02
Valores em ZAR - Tesouro		6,644.99	2.72	18,041.15

Disponibilidades

A disponibilidade financeira no ano de 2015 foi de **924.153.674,26 MT** conforme ilustra a coluna (4) da tabela 7 correspondente a **109%** do previsto na dotação actualizada, devido a maior cobrança de receitas próprias na componente interna, que atingiu **101%**, e a variação cambial na componente externa, que atingiu **120%**, conforme a desagregação a seguir:

Fonte de Recursos 101-Recursos do Tesouro

A dotação inicial era de **438.500.000,00 MT**, tendo sido actualizada para **486.312.677,71 MT**. Esta variação, no valor de **47.812.687,71 MT** provêm dos seguintes factores:

- **5.682.206,00 MT** correspondente ao reforço feito para cobrir despesas do Projecto SINAGEC, e
- **42.130.481,71 MT** correspondente ao reforço para cobrir despesas referentes ao contracto de manutenção de equipamento do Centro de Dados.

Receitas Próprias

A dotação inicial para a rubrica de Receitas Próprias era de **36.186.290,00 MT**, tendo sido actualizada para **10.000.000,00 MT**. Esta variação, no valor de **26.186.290,00 MT**, deve-se a correcção feita no sistema das previsões do orçamento nas Receitas Próprias.

Durante o ano de 2015, a entrada real de Receitas Próprias foi de **16.863.599,03 MT**, tal como ilustra a tabela 9. A baixa realização das receitas próprias com relação ao previsto, deve-se ao facto da previsão das receitas ter sido subvalorizada.

Da entrada real de receitas próprias até fim do ano de 2015, **14.000.000,00 MT** foram registados na fonte de Recurso 111CEDSIF (Receitas Próprias) e **2.863.599,03 MT** permaneceram no saldo da Conta do BCI transitado de 2015 para 2016.

Tabela 9: Previsão e Realização de Receitas Próprias de CEDSID de 2015

Descrição	Valor Previsto	Valores Realizados	Valor da Previsão Não realizada
Letsego	19.674.840,00	5.555.100,00	14.119.740,00
Escola do CEDSIF	7.793.873,36	4.000.000,00	3.793.873,36
Byport	1.200.000,00	1.509.560,00	(309.560,00)
Cadernos de Encargos	200.000,00	63.267,00	136.733,00
Comparticipação no Edifício	1.762.548,48	40.638,57	1.721.909,91
Banco +		20.000,00	(20.000,00)
Movitel		120.000,00	(120.000,00)
Saldo do BCI	5.555.033,46	5.555.033,46	0.00
Total	36.186.295,30	16.863.599,03	19.322.696,27

Desembolsos dos Parceiros

A tabela seguinte apresenta os compromissos assumidos pelos Parceiros de Fundo Comum UTRAFE para o ano de 2015.

Tabela 10: Plano de Desembolso de 2015

Financiador	Moeda de Origem	Compromisso	Câmbio de Planificação	Meticais
Dinamarca	Corroa – DKK	15,000,000.00	5.72	85,833,000.00
Noruega	Corroa – NOK	15,000,000.00	5.09	76,338,300.00
Itália	Euro	350,000.00	42.67	14,933,583.00
Total		30,350,000.00		177,104,883.00

Tabela 11: Desembolsos Realizados em moeda de Origem

Países	Finalidade	Moeda	Previsto	Desembolsos Realizado												Moeda de Origem		
			Total	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Realizado	Saldo (Por Realizar)	Grau de Execução
Dinamarca	e-SISTAFE	DKK	15,000,000.00								7,500,000.00				7,500,000.00	15,000,000.00	0.00	100.00%
Noruega	e-SISTAFE	NOK	15,000,000.00												15,000,000.00	15,000,000.00	0.00	100.00%
Italia	e-SISTAFE	EUR	350,000.00											350,000.00		350,000.00	0.00	100.00%
Belgica	SNGRH	USD		53,978.56												53,978.56		
OIT	SGM					277,929.00										277,929.00		
União Europeia		EUR												1,059,530.00		1,059,530.00		

Tabela 12: Desembolsos Realizados em Meticais

			Previsto	Desembolsos Realizado												Saldo (Por Realizar)	Grau de Execução	MZN
			Total	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro			
Países	Finalidade	Moeda																
Dinamarca	e-SISTAFE	MT	85,833,000.00								43,094,068.98				56,356,211.13	99,450,280.11	-13,617,280.11	115.86%
Noruega	e-SISTAFE	MT	76,338,300.00												83,850,000.00	83,850,000.00	-7,511,700.00	109.84%
Italia	e-SISTAFE	MT	14,933,583.00										16,114,000.00		16,114,000.00	-1,180,417.00	107.90%	
Belgica	SNGRH	MT		1,724,614.99											1,724,614.99	-1,724,614.99		
OIT	SGM					9,163,319.13									9,163,319.13	-9,163,319.13		
União Europeia													61,283,215.20		61,283,215.20	-61,283,215.20		
Subtotal (2)			177,104,883.00	1,724,614.99	0.00	9,163,319.13	0.00	0.00	0.00	0.00	43,094,068.98	0.00	16,114,000.00	61,283,215.20	140,206,211.13	271,585,429.43	-22,309,397.11	153.35%

Dos compromissos de desembolsos dos Parceiros do Fundo Comum, a data de 31/12/15, houve a realização integral dos desembolsos, contudo, estes não ocorreram atempadamente, tendo grande parte dos mesmos sido realizados no último trimestre do ano:

- Dinamarca realizou inicialmente **50%**, e a segunda *tranche* foi realizada no princípio de Dezembro;
- Itália realizou em **100%** no mês de Outubro;
- Noruega desembolsou a totalidade do seu compromisso nos meados de Dezembro de 2015.

Execução das Despesas

As despesas executadas no ano de 2015 no valor de **668.583.264,30 MT** incluem o valor de **307.055,05 MT**, que constituíam despesa por pagar de 2014 e que vai constar na execução financeira de 2015. O valor de **668.276.209,25 MT** são despesas de 2015 que correspondem a uma execução de **78,62%** da dotação actualizada de 2015. A execução orçamental neste ano foi baixa devido a factores internos e externos. Dos factores externos realça-se a disponibilização financeira na base de duodécimo do orçamento reconduzido, de Janeiro a Maio pelo facto do OE só ter sido aprovado pela AR nessa altura; desembolso tardio de recursos financeiros por parte dos Parceiros do Fundo Comum; e depreciação acentuada do Metical o que tornou mais onerosa a despesa com bens e serviços. Dos factores internos destaca-se o atraso na contratação dos bens devido ao cancelamento de alguns concursos por causa da depreciação do metical; e a entrega e assinatura tardia do relatório de auditoria de exercício económico de 2014.

Execução por Fontes de Recursos

A execução das despesas pela fonte de Recurso 101RT-Recursos de Tesouro foi de **100%** e tem um peso de **73%** em relação ao total do valor executado no ano.

Esta Fonte de Recursos suporta as despesas de funcionamento da instituição, tais como despesas com pessoal, salários e remunerações, comunicações, combustível, assistência médica, rendas, transporte de equipamento, limpeza, água, energia, manutenção de viaturas e edifício.

A fonte de Recurso 111CEDSIF – Receitas Próprias não teve realização no ano corrente pelo facto de os serviços contratados não terem sido ainda concluídos.

A fonte de Recurso 133FCUTARFE, que cobre essencialmente as despesas de consultoria, de Projectos específicos e licenças, teve uma execução baixa de **58.60%**. De um lado, devido a aprovação tardia do relatório de auditoria referente a exercício económico de 2014 o que consequentemente influenciou nos processos de desembolso tardio dos fundos pelos Parceiros de Fundo Comum. De outro lado a depreciação do Metical face as outras moedas em alguns casos, causou cancelamentos de contractos de fornecimento de bens e serviços, como foi referido anteriormente.

A fonte de Recurso 134 EU- CEDSIF cobre as despesas relativas a expansão do e-SISTAFE, capacitação dos Técnicos do CEDSIF, do Fórum dos Utilizadores e da Reunião Nacional do SISTAFE, teve uma execução de **32%**. Durante o ano foram realizados os Foruns de Utilizadores em 3 Provincias e a Reunião Nacional. No que se refere a expansão do e-SISTAFE não foi possível realizar esta actividade pois os equipamentos ainda não chegaram. Pois foi necessário proceder a repetição dos concursos de aquisição dos mesmos por diversas vezes devido a alteração dos preços e devido ao não cumprimento dos requisitos exigidos pelo financiador.

Tabela 13: Execução Por Fontes de Recursos

Ordem	Descrição	Dotação Disponível de 2015 (1)	Execução de 2015 (2)	Execução de 2014 (3)	Saldo Orçamental (4=1-2)	Deferenças das Despesas (5=2-3)	Peso de Execução de 2015 (6)	Grau de Execução (7=2/1)	Grau de variação (8=(2-3)/3)
1	101RT	486,312,677.71	486,312,677.71	437,909,634.81	-	48,403,042.90	72.77%	100.00%	11.05%
2	111CEDSIF	10,000,000.00			10,000,000.00	-	0.00%	0.00%	
3=1+2	Componente Interna	496,312,677.71	486,312,677.71	437,909,634.81	10,000,000.00	48,403,042.90	72.77%	97.99%	11.05%
4	133FCUTARFE	259,361,085.68	151,975,373.00	184,203,593.69	107,385,712.68	(32,228,220.69)	22.74%	58.60%	-17.50%
5	134BEL			6,365,493.29	-	(6,365,493.29)	0.00%		-100.00%
6	134UE	94,324,534.84	29,988,158.54	45,266,452.98	64,336,376.30	(15,278,294.44)	4.49%	31.79%	-33.75%
7	133FCAAT			25,185,228.49	-	(25,185,228.49)	0.00%		-100.00%
8=4+5+6+7	Componente Externa	353,685,620.52	181,963,531.54	261,020,768.45	171,722,088.98	(79,057,236.91)	27.23%	51.45%	-30.29%
9=3+8	Total	849,998,298.23	668,276,209.25	698,930,403.26	181,722,088.98	(30,654,194.01)	100.00%	78.62%	-4.39%

Execução por Classificador Económica da Despesa

Na execução por rubricas a única que foi totalmente executada (**100%**) é a dos salários e remunerações e representa um peso de **50%** no total executado, conforme ilustra a tabela 14.

Tabela 14: Execução por CED de 2015

Descrição	Dotação actualizada		Despesas Pagas 2015		Despesas Pagas 2014		Variação das Despesas	Grau de Execução de 2015
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso		
Salários e Remunerações	335,854,046.69	40%	335,854,046.69	50.26%	294,662,841.22	42%	14%	100%
Demais Despesas Com Pessoal	21,933,073.30	3%	10,693,469.12	1.60%	7,200,462.65	1%	49%	49%
Bens	34,901,867.16	4%	12,807,920.97	1.92%	6,678,920.31	1%	92%	37%
Serviços	347,615,543.10	41%	243,553,599.31	36.45%	279,797,248.12	40%	-13%	70%
Construções		0%		0.00%	3,400,377.85	0%	-100%	
Equipamento e Mobiliário	109,601,248.26	13%	65,277,272.29	9.77%	106,156,511.27	15%	-39%	60%
Meios de Transporte	5,237.72	0%	2,618.86	0.00%	1,034,041.84	0%	-100%	50%
Demais Despesas de Capital	87,282.00	0%	87,282.00	0.01%				100%
Total	849,998,298.23	100%	668,276,209.25	100%	698,930,403.26	100%	-4%	79%

Salários e Remunerações

Os recursos para cobertura desta despesa provêm do Governo na base da dotação actualizada que foi disponibilizada. As despesas com salários e remunerações em 2015 foram executadas em **100%** com relação ao orçamento actualizado desta rubrica e teve um peso de **50%** do total das despesas executadas.

A execução de 2015 com relação a de 2014, variou em **14%**, devido ao ajuste salarial do Governo do Governo com efeitos a partir de Abril, à novos ingressos e à transferências de recursos humanos de outras instituições para o CEDSIF.

Demais Despesas com o Pessoal Civil

A execução desta Rubrica, no período em análise, foi de **49%** e tem um peso de **2%** na execução total. Esta rubrica suporta o pagamento de ajudas custo nas deslocações dentro do país e no exterior.

A baixa execução resulta do atraso registado na implementação do projecto de expansão do e-SISTAFE devido aos atrasos verificados na importação dos equipamentos.

Bens

A rubrica de Bens, até Dezembro de 2015, teve uma execução de **37%** e um peso de apenas **2%**, do valor total executado. Esta execução mostra as dificuldades financeiras registadas no ano de 2015, pelo atraso verificado nos desembolsos e a depreciação do metical que levou a grandes restrições na sua aquisição e no cancelamento de alguns concursos.

Serviços

Esta categoria de despesas, teve um peso de 36.45% da execução total de Janeiro a Dezembro de 2015, e com relação ao grau de execução atingiu 70% do seu orçamento actualizado. Nesta rubrica, o destaque é para consultoria e assistência técnica residente pessoa singular, manutenção e reparação de bens imóveis e rendas.

Execução por Projectos

De acordo com os dados abaixo apresentados, a execução por projectos apresenta bons indicadores de realização na Gestão do CEDSIF por incluir a rubrica de salários.

Tabela 15: Execução por Projecto, de Janeiro a Dezembro de 2015

PROJECTOS	Dotação Actualizada		Despesas Pagas de 2015		Despesas Pagas de 2014		Variação das Despesas	Saldo Orçamental de 2015	Grau de Execução
	Valor Dotação Actualizada	Peso	Valor Despesas Pagas de 2015	Peso	Valor Despesas Pagas de 2014	Peso			
GESTÃO DO CEDSIF	769,880,255.20	91%	642,024,093.43	96%	554,835,246.34	79%	16%	127,856,161.77	83%
MÓDULO DE SALÁRIOS E PENSÕES	9,441,799.95	1%	1,130,435.82	0%	2,094,393.31	0%	-46%	8,311,364.13	12%
ESTRUTURAÇÃO DO CEDSIF	9,493,802.47	1%	3,786,746.37	1%	699,120.37	0%	442%	5,707,056.10	40%
OPERAÇÕES DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	30,365,221.00	4%	8,433,061.27	1%	47,764,224.35	7%	-82%	21,932,159.73	28%
REFORÇO À COORDENAÇÃO DA GESTÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS	4,797,622.84	1%	2,488,398.42	0%		0%		2,309,224.42	52%
SUBSISTEMA DO PATRIMÓNIO DO ESTADO	4,662,783.42	1%	12,783.42	0%		0%		4,650,000.00	0%
SISTEMA NACIONAL DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (SGRH)	1,697,994.51	0%	197,994.51	0%		0%		1,500,000.00	12%
MÓDULO DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS (e-TRIBUTAÇÃO)	3,315,404.89	0%	2,510,413.24	0%	86,784,156.49	12%	-97%	804,991.65	76%
SINAGEC (MOPH)	10,061,305.70	1%	2,919,527.70	0%	1,006,858.44	0%	190%	7,141,778.00	29%
SISTEMA DE GESTÃO DE BENEFICIÁRIOS (SGB) – INAS	6,280,308.25	1%	4,770,955.07	1%	2,614,633.47	0%	82%	1,509,353.18	76%
SISTEMA DE GESTÃO MUNICIPAL	1,800.00	0%	1,800.00	0%		0%		-	100%
ACCURAL ACCOUNTING					3,131,770.49		-100%		
TOTAL	849,998,298.23	100%	668,276,209.25	100%	698,930,403.26	100%	-4%	181,722,088.98	79%

No projecto do Módulo de Salários e Pensões estava previsto o desenvolvimento da funcionalidade de e-folha para pensionistas o que não veio a acontecer devido a questões técnicas por harmonizar.

No projecto de Reestruturação do CEDSIF a baixa realização deve-se ao atraso verificado na aquisição da ferramenta de gestão de incidentes, para a modernização do Departamento de Apoio ao Utilizador, cujo concurso aguarda conclusão de uma consultoria que foi a concurso em Janeiro de 2016.

No projecto de Operações de Sistemas de Informação, teve uma execução de apenas **28%**, devido ao atraso verificado na importação dos equipamentos, facto que influenciou a sua montagem e a capacitação dos novos utilizadores.

No projecto do Sistema de Gestão de Recursos Humanos não foi possível executar as actividades previstas no segundo módulo, que incluía a promoção e progressão, devido a dificuldade de encontrar os técnicos com o perfil necessário para o trabalho.

No que se refere ao Projecto e-Tributação, que é financiado pelo Fundo Comum da AT o valor realizado comparado com 2014 é muito baixo, facto que é justificado por vários factores, dentre os quais se destaca a não conclusão do processo de contratação de uma nova empresa para prestar os serviços necessários realização de actividades de continuidade do desenvolvimento dos processos remanescentes do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes (ISPC) e Processos Comuns, Impostos sobre Rendimentos e Outros Impostos.

Com a mudança de estratégia implementada neste projecto no sentido de deixar de trabalhar com a Oracle, embora tenha sido importante, levou a alguns atrasos no projecto, pelos atrasos verificados na contratação da nova empresa.

Saldo Financeiro a 31 de Dezembro de 2015

O saldo financeiro final a 31 Dezembro de 2015 situou-se em **236.559.048,24 MT**. Este saldo provém dos saldos existentes na CUT em várias moedas e na Conta Forex- USD, tal como ilustra a tabela 16 abaixo.

Tabela 16: Saldo Financeiro do CEDSIF

Descrição	MZM	USD	EURO	ZAR
BCI - CEDSIF	7,221,360.66			
BM		1,052,175.60		
CUT 270102300 - 27A900022	34,004,485.08	1,177,122.12	1,310.42	6,644.99
União Europeia (134UE) - CUT	36,210,597.26			
Saldo inicial Total de 2013 (MZM, USD, EURO e ZAR)	77,436,443.00	2,229,297.72	1,310.42	6,644.99
Entradas/Saídas	MZM	USD	EURO	ZAR
Subtotal de Entradas/Saídas	582,888,969.04	3,752,373.01	(1,310.42)	0.00
Despesas de 2015	612,027,631.20	1,802,839.04		
Despesas Por Pagar 133FCUTARFE Paga	307,055.05			
SubTotal de despesas	612,334,686.25	1,802,839.04	0.00	0.00
Saldo Financeiro final de (1+2-3)	47,990,725.79	4,178,831.69	0.00	6,644.99
BCI - CEDSIF	6,327,789.22			
BM		3,916,488.07		
111CEDSIF-Receitas Próprias	14,000,000.00			
CUT 270102300 - 27A900022	16,219,665.44	262,343.62		6,644.99
CUT 270400012-27A001152 (CEDSIF)				
União Europeia (134UE) - CUT	11,443,271.13	0.00		
União Europeia (134UE) - CEDSIF				
Saldo Final Total de Extratos	47,990,725.79	4,178,831.69	0.00	6,644.99
Diferenças em MZN, USD, EURO e ZAR (4-5)	(0.00)	0.00	0.00	0.00
Diferenças em MZN, USD, EURO e ZAR (=4=5)	FALSE	TRUE	TRUE	TRUE
Câmbios Médio BM (31/12/15)	1.00	45.12	49.29	2.93
Saldo Final MZN	47,990,725.79	188,548,885.85	0.00	19,436.60
Saldo total em MZN	236,559,048.24			

O saldo financeiro final do CEDSIF a 31 de Dezembro de 2015, contém valores que são de projectos específicos e que não podem ser utilizados para outro fim nomeadamente:

- **62.253.610,61MT** de União Europeia;
- **18.477.125,56MT** de SINAGEC (MOPH);
- **13.229.695,99MT** de SGB (INAS);
- **1.526.620,48MT** de SNGRH;
- **427.103,31MT** de Garantias Bancárias; e
- **310.513,31MT** para canalização a conta de Receitas de terceiros sediado no Banco de Moçambique

Salientar que, o saldo final que consta na coluna 8 da tabela 7, do financiamento externo, difere do constante na tabela 16 em **19.011.361,72 MT** e refere-se as diferenças cambiais favoráveis.

Execução dos Fundos da União Europeia pelas DPEFs**Tabela 16:** Saldo Financeiro do CEDSIF

UI	Unidade	Saldo inicial 2015 (1)	Recebimento (2)	Total de Entradas de 2014 (3)	Executado (4)	Saldo (5=3-4)	Grau de Execução (5=4/3)
27B900022	DPPF Niassa UI do STP da Despesas de Niassa	8,959.76		8,959.76		8,959.76	0.00%
27C900022	DPPF Niassa UI do STP da Despesas de Cabo Delgado	293,505.25		293,505.25		293,505.25	0.00%
27D900022	DPPF Nampula UI do STP da Despesas de Nampula	92,186.20	1,030,532.00	1,122,718.20	742,209.09	380,509.11	66.11%
27E900022	DPPF Zambézia UI do STP da Despesas de Zambézia	-		-		-	#DIV/0!
27D900022	DPPF Tete UI do STP da Despesas de Tete	3,407.20	965,982.56	969,389.76	967,537.76	1,852.00	99.81%
27G900022	DPPF Tete UI do STP da Despesas de Manica	8,051.27		8,051.27		8,051.27	0.00%
27H900022	DPPF Sofala UI do STP da Despesas de Sofala	540,394.98		540,394.98		540,394.98	0.00%
27I900022	DPPF l'bane UI do STP da Despesas de l'bane	38,501.00		38,501.00		38,501.00	0.00%
27J900022	DPPF Gaza UI do STP da Despesas de Gaza	376,105.40	516,760.00	892,865.40	482,490.00	410,375.40	54.04%
27K900022	DPPF MP UI do STP da Despesas de Maputo Provincia	21,580.00		21,580.00		21,580.00	0.00%
	Total	1,382,691.06	2,513,274.56	3,895,965.62	2,192,236.85	1,703,728.77	56.27%

As DPEFs iniciaram o ano de 2015 com saldo de **1.382.691,06 MT**. Dos valores da União Europeia, o CEDSIF transferiu a favor das DPEF's **2.513.274,56 MT**, perfazendo um valor disponível total de **3.895.965,62 MT**.

Ao longo do ano, executou-se **2.192.236,85 MT** correspondente a **56,27%**, tendo-se transitado para 2016 com saldo final de **1.703.728,77 MT**.

4. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

As actividades executadas em 2015 fazem parte do curso de acções integrantes do Plano Estratégico 2015-2019, devendo garantir o funcionamento e desenvolvimento institucional do CEDSIF, a continuidade da reforma e implementação do SISTAFE, bem como de Sistemas complementares.

A execução do PAO de 2015, atendendo os resultados alcançados, foi positivo. A análise da matriz de Controlo de Implementação do Plano de Acção e Orçamento para 2015, em função das **61** acções programadas para o exercício económico, revela que foram realizadas **32**, equivalentes à **52,46%** das previstas para todo ano, **21**, equivalentes à **34,43%**, iniciaram e não foram concluídas dentro do período, e **8**, correspondentes a **13,11%**, não foram executadas.

Das actividades iniciadas e não concluídas destacam-se por objectivos estratégicos:

- No funcionamento e desenvolvimento institucional, (i) Não foi adquirida e implementada a ferramenta de gestão de incidentes, mas foi desencadeado o processo de contratação; (ii) Não foram definidas as linhas de orientação para melhoria da Unidade de Coordenação da Reforma, tendo sido elaborados o *draft* de TdR para esta acção; e (iii) Não foram aprovados os Instrumentos de Enquadramento do Pessoal nas Carreiras profissionais, Qualificadores, Sistema Remuneratório e Avaliação de Desempenho do CEDSIF, mas foram submetidos para aprovação;
- Na consolidação da reforma do SISTAFE, (i) Não foi concluído o plano de continuidade de negócios do CEDSIF e Nem foi apresentado o relatório de recuperação de desastres.
- Na continuidade da implementação do SISTAFE; (i) Não foram desenvolvidas as Funcionalidades operacionais para determinação de preços de referência, para o acesso ao catálogo de Bens e Serviços, e para o processamento da pensão (e-Pensões); e (ii) Não foi concluída a elaboração do Plano de Acção para adopção da Contabilidade Pública Patrimonial;
- No apoio às Instituições do Estado na implementação de Sistemas complementares ao SISTAFE, (i) Não foi concluído o desenvolvimento da aplicação informática para a gestão de beneficiários.

Das actividades não realizadas destacam-se por objectivos estratégicos:

- No funcionamento e desenvolvimento institucional, (i) Não foi elaborado o sistema específico para avaliação de desempenho dos colaboradores; (ii) Não foi criada uma base de dados com informação para gestão da capacitação do pessoal; e (iii) Não foi elaborado o plano de Auditoria Interna ao SGQ;
- Na consolidação da reforma do SISTAFE, (i) não foi actualizado a Visão da Finanças Públicas 2011-2025;
- Na continuidade da implementação do SISTAFE, (i) Não foram especificadas e desenvolvidas as funcionalidades que permitam a elaboração e monitoria do Plano de Controlo Interno (PCI), bem como a Gestão dos Relatório de Auditorias emitidos; e (ii) Não foi concebido a funcionalidade de gestão do Visto do Tribunal Administrativo;
- No apoio as Instituições do Estado na implementação de Sistemas complementares ao SISTAFE, (i) Não foi Providenciada a aplicação informática para previsão de custos de construção civil.

A execução orçamental situou-se em **78,62%** da dotação orçamental actualizada, mas com contratos não executados integralmente, transitando para o ano de 2016, como despesa a pagar. A fraca execução, por um lado, é explicada pelo facto do CEDSIF apenas ter executado de Janeiro a Maio recursos orçamentais e financeiros para garantir o funcionamento na base em duodécimos, pois os recursos de investimento só foram disponibilizados em Junho e, por outro lado, deveu-se à recepção tardia dos desembolsos da componente externa e atraso na execução de contratos, sujeita à regras específicas da EU.

5. PERSPECTIVAS PARA 2016

No âmbito do PAO 2016, as perspectivas estão focalizadas na prossecução de execução das actividades já iniciadas, priorizando o desenvolvimento de acções que concorram para materialização dos resultados definidos por objectivo estratégico no Plano, nas seguintes componentes:

Funcionamento e Desenvolvimento Institucional do CEDSIF

- Concluir a Reestruturação do CEDSIF.
- Melhorar o funcionamento do Sistema de Controlo Interno em implementação e garantir o funcionamento das Unidades Orgânicas com base em normas e manuais de procedimentos internos do CEDSIF.
- Garantir o funcionamento e a Gestão Estratégica do CEDSIF.
- Enquadrar o Pessoal do CEDSIF e regularizar a sua situação laboral.
- Dar continuidade ao processo de fortalecimento da capacidade técnica dos colaboradores do CEDSIF.
- Continuar a implementar o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) baseado na Norma ISO 9001:2008.
- Garantir a implementação do sistema de gestão de segurança da informação em conformidade com a norma *ISO 27001*.

Reforma do SISTAFE

- Reforçar o conhecimento técnico dos utilizadores do e-SISTAFE.
- Melhorar o SISTAFE em termos de Negócio (processuais).
- Adequar os instrumentos estratégicos da Gestão das Finanças Públicas à realidade do país.
- Desenvolver acções no sentido de garantir a operação e manutenção do e-SISTAFE;
- Revisão da legislação de suporte ao SISTAFE e revisão da Visão de Finanças Públicas.

Implementação do SISTAFE

- Desenvolver e implantar a aplicação informática para extracção de relatórios de auditores e gestores.
- Promover acções de gestão de mudanças e de comunicação da Reforma das Finanças Públicas.
- Desenvolver as funcionalidades do Subsistema do Património do Estado.
- Desenvolver acções para concepção do Subsistema de Planificação e Orçamentação.
- Melhorar o sistema de pagamento dos pensionistas do Estado e o controlo da despesa com pensões.
- Melhorar os processos de administração, cobrança e recolha do Imposto Sobre Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS) e Imposto Sobre Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC).
- Desenvolver acções para adopção da Contabilidade Pública Patrimonial.

6. ANEXOS

Anexo 1: Matriz de Controlo de Implementação do Plano de Acção e Orçamento para 2015;

Anexo 2: Mapa de Execução das Aquisições de Bens e Prestação de Serviços em 2015;

Anexo 3: Mapa de UGB's Descentralizadas em 2015; e

Anexo 4: Mapa de Capacitações dos Técnicos do CEDSIF em 2015;